

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

139

139

SALVADOR • DEZEMBRO DE 2005



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá Barreto Figuerôa

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Alynson dos Santos Rocha
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosângela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Documentação e Biblioteca – GEBI

REVISÃO

Luis Fernando Sarno

PRODUÇÃO GRÁFICA

Fabiana Faria

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA

IDEA Design

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005.

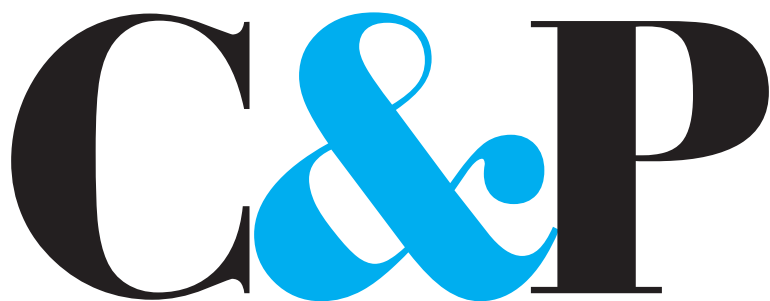
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
[www. sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br)



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Considerações sobre a política de atração de investimentos industriais no Estado da Bahia

Fabiana Karine Pacheco dos Santos

Nícia Moreira dos Santos 4

Conjuntura Econômica Baiana 10

Artigos

Uma análise do debate sobre a dependência

Marcos Guedes Vaz Sampaio 20

Mercado de Trabalho: taxa de desemprego estável e queda na renda arrefecem expectativa de recuperação

Samantha Flora Félix Rego

Eduardo Costa Pinto

Antônio Plínio Pires de Moura 25

Quem são os inativos baianos

Flávia Santana Rodrigues 31

Investimentos na Bahia

Eixo Metropolitano concentra cerca de 60 % dos investimentos previstos 38

Notícias 42

Legislação 46

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 50

Indicadores Sociais 56

Finanças Públicas 66

Carta do Editor

Ao mesmo tempo em que nos colocamos como uma das economias mais completas do mundo – em termos de capacidade e diversidade produtiva –, convivemos com problemas que nos colocam entre as nações menos desenvolvidas. Tais problemas estão associados à infraestrutura, leis, taxa de juros, distribuição de renda, desemprego, educação e segurança, dentre outros.

Dada a maturidade industrial e produtiva do Brasil, quer seja na indústria, quer seja na agroindústria, quer seja no setor de serviços, era de se esperar que o Brasil se encontrasse em um nível mais elevado, ou pelos, caminhando para esse nível desejado. Entretanto, o que se tem hoje é a configuração desses elementos agindo de forma a restringir os tão sonhados crescimento e independência econômica dos países centrais.

A Revista Conjuntura & Planejamento (C&P) nº 139 traz, na presente edição, a discussão de um dos temas citados anteriormente: o mercado de trabalho. Nesta publicação, veremos um pouco da atual conjuntura do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia. Como pano de fundo dessa discussão, ressurgem a questão da dependência brasileira, configurada atualmente na submissão ao receituário do FMI, através do Consenso de Washington.

No artigo intitulado “*Uma análise do debate sobre a independência*”, Marcos Guedes destaca as principais teses e críticas realizadas ao longo do tempo sobre este tema, que teve seu auge na década de 70, mas que vem tomando impulso nos últimos anos. Nesse sentido, o autor aborda a inserção da América Latina no contexto mundial a partir do conceito de Inserção Periférica. Essa inserção é caracterizada por um modelo de economia primário-exportadora, o qual tende a manter os laços de dependência dos países da região em relação aos países centrais.

Já Samantha *et. al.* fazem, no artigo intitulado “*Mercado de trabalho: taxa de desemprego estável e queda na renda arrefecem expectativa de recuperação*”, uma análise do mercado de trabalho brasileiro no período equivalente ao 3º tri/2004 – 3º tri/2005. Essa análise revela uma tendência de estabilidade na taxa de desemprego, porém de queda no rendimento real dos trabalhadores. Essa configuração do mercado de trabalho é decorrente, sobretudo, da perda de dinamismo do setor externo, conforme explicitam os autores, bem como das políticas contracionistas adotadas pelo governo federal.

Apesar das discussões realizadas por esses autores serem aparentemente díspares, há uma correlação entre as abordagens, na medida em que fatores como perda de dinamismo do setor externo, queda na renda dos trabalhadores e nível de desemprego elevado são características pertinentes aos países que ainda mantêm um certo grau de dependência com os países centrais. Assim, espera-se que os temas apresentados nessa edição da C&P possam instigar o leitor a ampliar o seu conhecimento sobre o assunto, buscando novas fontes de leitura.

Considerações sobre a política de atração de investimentos industriais no Estado da Bahia

Fabiana Karine Pacheco dos Santos*
Nícia Moreira da Silva Santos**

A economia baiana vem registrando expressivo desempenho nos últimos anos, destacando-se no cenário nacional. Em 2004, registrou um PIB (Produto Interno Bruto) de 9,9%, superior ao PIB brasileiro, que obteve um crescimento de 4,8%, bem como o seu setor industrial que registrou um incremento de 10,1%, enquanto que o país registrou um crescimento de 8,3%. Para 2005, as expectativas são de incremento no PIB estadual em torno de 4,9%, ficando novamente acima do produto nacional, que deverá alcançar um crescimento de 2,5%, de acordo com estimativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). A indústria baiana continuou a registrar expansão em 2005, chegando a um aumento de 4,1% em relação ao ano passado, tendo os setores automotivo (30,8%), alimentos e bebidas (8,0%) e celulose (21,3%) contribuído para esse crescimento.

Soma-se a isso a forte política de incentivos para a indústria baiana implementada no estado, que colabora ainda mais para o bom desempenho econômico da Bahia, viabilizando a implantação ou ampliação de investimentos em vários segmentos industriais. Esta política tem como objetivo direcionar o setor para uma maior integração industrial e para a sua interiorização, conferindo prioridade estratégica àqueles empreendimentos estruturantes e de maior sinergia requeridos para o fortalecimento e consolidação dos arranjos produtivos locais.

Esses investimentos, que se dão através da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), oferecem amplas vantagens na atração dos investimentos industriais, como benefícios fiscais, concessões financeiras diferenciadas, incentivos para a infra-estrutura e outros incentivos (mão-de-obra especializada), com a atração de vários tipos de negócios visando o desenvolvimento industrial do Estado.

Para melhor entender a importância da atração dos investimentos industriais para o estado da Bahia, será feita uma breve análise da contribuição destes para a economia local e para o seu setor industrial, sendo também destacados os grandes empreendimentos aqui instalados.

Os investimentos industriais no Estado da Bahia 2005 - 2009

Ao longo desses anos, até o ano de 2005, os investimentos industriais realizados totalizaram R\$ 28 bi-

* Economista e Técnica da SEI.

** Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da UFBA e Assistente Administrativo da SEI.

lhões, com a geração de 135 mil novos postos de trabalho e 521 novas empresas instaladas no estado. Pode-se observar, pela tabela abaixo, que o maior volume de investimentos concentrou-se no Complexo Madeireiro, o qual totalizou R\$ 11, 7 bilhões, liderando a participação no volume de investimentos realizados (41,7%).

Destacam-se nesse complexo a empresa Veracel Celulose, localizada no município de Eunápolis, que realizou um investimento no estado de R\$ 1,3 bilhões, gerando 3,2 mil empregos diretos, e a empresa Bahia Pulp, no Pólo Petroquímico de Camaçari, com um investimento de R\$ 1,4 bilhões e 150 empregos diretos gerados. O Complexo Químico-Petroquímico também se destaca em relação ao seu volume de investimentos somando R\$ 5,5 bilhões, destacando-se como o segundo complexo em volume de investimentos. Neste, o número de empresas que realizaram investimentos no estado totalizaram 74, com a Monsanto, localizada no município de Camaçari, que investiu um total de R\$ 599,6 milhões, somando implantação e ampliação da empresa, com a geração de 319 novos empregos, e a empresa Bahia Gás, que fica em Salvador, com a concretização de R\$ 22 milhões em investimentos.

No Complexo Metal-mecânico o investimento realizado somou R\$ 5,5 bilhões em investimentos industriais, com a geração de 10,6 mil postos de trabalho. Pode-se destacar neste setor a instalação do Complexo Automotivo Ford.

A fábrica, localizada em Camaçari, representa um grande e importante empreendimento para o estado. Com um investimento de R\$ 3,5 bilhões, a fábrica já havia gerado aproximadamente 8 mil empregos até o ano de 2004, incluindo empregados Ford e parceiros.

Destacam-se também as empresas do complexo Agroalimentar (Avipal e Cargill Agrícola S/A), do Complexo Calçados/Têxtil/Confecções (Via Uno, Calçados Azaléia e Calçados Ramarim Nordeste) e do Complexo Transformação Petroquímica (Bahia Pet).

Analisando os investimentos realizados por eixo de desenvolvimento econômico, observa-se que os que agregam maior volume de investimentos realizados são: o Metropolitano, com R\$ 14 bilhões, representando uma participação de 49,8%, com 263 empresas instaladas; e o eixo Extremo Sul, com a realização de R\$ 10,8 bilhões em investimentos industriais, o que representa 38,5% do total realizado e 22 empresas localizadas nesse eixo.

É relevante citar o número significativo de empresas existentes no Grande Recôncavo, com 102 empresas. Ainda pode-se destacar os eixos da Mata Atlântica (49 empresas), Planalto Sudoeste (25), Extremo Sul (22), Nordeste (16), Oeste do São Francisco (13), Baixo Médio São Francisco (13) e Chapada Norte (12).

Já no que se refere aos investimentos industriais previstos, abrangendo o período de 2005-2009, de

Tabela 1
Volume de investimentos industriais realizados e emprego gerado por complexo de atividade:
Bahia, 1994 - 2005

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Part. %	Total empresas	Emprego gerado
Agroalimentar	1.380.613.142	4,9	89	24.709
Atividade mineral e beneficiamento	846.233.381	3,0	36	4.134
Calçados/Têxtil/Confecções	1.146.025.723	4,1	94	39.833
Complexo madeireiro	11.743.348.258	41,7	31	15.039
Eletroeletrônico	286.876.673	1,0	48	5.919
Metal-mecânico	5.489.259.913	19,5	62	10.661
Químico-petroquímico	5.545.746.516	19,7	74	3.050
Reciclagem	6.716.500	0,0	3	221
Transformação petroquímica	855.160.285	3,0	71	7.989
Outros	864.940.687	3,1	13	3.039
Total	28.164.921.078	100,0	521	135.684

Fonte: SICM/ Jornais Diversos

Elaboração: GEAC - SEI

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações, coletados até 30.12.2005

acordo com a tabela 3, o total previsto chega a um volume de R\$ 17,9 bilhões, agregando 460 projetos.

Por complexo de atividade econômica, tem-se que cerca de 66% encontram-se alocados da seguinte forma: Madeireiro (28,5%), de Transformação Petroquímica (19,1%) e Químico-Petroquímico (18,2%), totalizando R\$ 11,8 bilhões em 189 projetos, conforme Tabela 3. Os demais complexos são responsáveis por um volume de R\$ 6,1 bilhões, distribuídos em 271 projetos, notadamente no complexo de Atividade Mineral e Beneficiamento, com participação de 11,7% dos investimentos. Tem-se a expectativa de que esses novos empreendimentos industriais gerem cerca de 69 mil postos de trabalho no período de 2005 - 2009, concentrados nos eixos Metropolitano (43,2%) e Grande Recôncavo (21,0%) que juntos participam com 64,2% dos empregos representando 44.798 postos de trabalho.

No que tange à localização, indicada pelos eixos de desenvolvimento, o Metropolitano responde por cerca de 56,8% dos investimentos previstos, concentrados num volume de aproximadamente R\$ 10,2 bilhões, além de alocar 53,5% dos projetos. O eixo abriga os principais pólos industriais do estado: o Complexo Petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu, e ainda possui logística e infra-estrutura de serviços privilegiada em relação ao resto do estado. Os demais eixos agregam volume de R\$ 7,8 bilhões, com destaque para o eixo Extremo Sul, que vem se especializando na produção de papel e celulose, detendo parcela signifi-

cativa do total de investimentos, cerca de 22,9%, o que corresponde a R\$ 4,1 bilhões – em apenas 14 projetos de grande magnitude.

Em relação à situação, verifica-se que 61,6% são para implantação de novas unidades, representando um volume de aproximadamente R\$ 11 bilhões, com total de 371 projetos. As ampliações das plantas industriais representam 38,4% e as reativações de empresas aparecem com 0,1% das intenções de investimentos.

Em 2005, cerca de 148 empresas anunciaram intenção de investimentos no estado da Bahia. Dentre estas, as que se destacam tanto pela magnitude do investimento quanto pelo ramo de atividade ou ainda pelo número de empregos a serem gerados são: Acrinor - Acrilonitrila do Nordeste S/A (ampliação), Azaléia (ampliação e implantação), Bahia Pulp (ampliação), Bahiagás (ampliação), Braskem (ampliação), Bridgestone Firestone (implantação), Celpar Empreendimentos Ltda (implantação), Cervejaria Petrópolis (implantação), Columbian Chemicals Brasil Ltda (implantação), Proquigel Química (implantação), Nestlé (implantação) e Ultra Industrial (Implantação).

A Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste, Proquigel e Policarbonatos do Brasil vão investir, juntas, o equivalente a R\$ 605 milhões em novos projetos e na ampliação de unidades localizadas no Pólo de Camaçari. A Acrinor investirá R\$ 250 milhões na ampliação para 200 mil toneladas anuais (a produção atual é de 90 mil toneladas/ano) de sua

Tabela 2
Volume de investimentos industriais realizados e total de empresas por eixo econômico:
Bahia, 1994 - 2005

Eixo	Volume (R\$ 1,00)	Part. %	Total empresas
Baixo Médio São Francisco	174.844.175	0,6	13
Centro Leste do São Francisco	356.480	0,0	1
Chapada Norte	225.050.839	0,8	12
Extremo Sul	10.789.749.639	38,3	22
Grande Recôncavo	1.495.722.851	5,3	102
Mata Atlântica	381.180.471	1,4	49
Médio São Francisco	1.500.000	0,0	1
Metropolitano	14.020.745.155	49,8	263
Nordeste	134.166.815	0,5	16
Oeste do São Francisco	284.004.861	1,0	13
Planalto Central	223.036.966	0,8	4
Planalto Sudoeste	434.562.825	1,5	25
Total	28.164.921.077	100,0	521

Fonte: SICM/ Jornais Diversos

Elaboração: GEAC - SEI

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações, coletados até 30.12.2005

Tabela 3
Volume de investimentos industriais previstos e emprego gerado por Complexo Econômico:
Bahia, 2005 - 2009

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Part. %	N. Projetos	Emprego direto previsto
Agroalimentar	1.304.592.740	7,3	72	13.713
Atividade Mineral e Beneficiamento	2.103.738.755	11,7	22	4.257
Calçados/Têxtil/Confecções	1.693.057.729	9,4	52	16.441
Complexo Madeireiro	5.112.757.966	28,5	12	1.294
Eletroeletrônico	226.182.063	1,3	62	5.497
Meta-Mecânico	611.423.615	3,4	51	4.945
Outros	179.640.149	1,0	10	2.999
Químico-Petroquímico	3.255.794.182	18,2	91	7.211
Reciclagem	2.156.000	0,0	2	55
Transformação Petroquímica	3.430.794.979	19,1	86	13.369
Total	17.920.138.178	100,0	460	69.781

Fonte: SICM/ Jornais Diversos

Elaboração: GEAC - SEI

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações, coletados até 30.12.2005

unidade de ácido cianídrico e acrilonitrila (matéria-prima para fibras de tecidos acrílicos, resinas termoplásticas e borrachas. A Proquigel, do mesmo grupo, destinará R\$ 220 milhões para uma nova planta de acrilados e a Policarbonatos do Brasil pretende investir R\$ 135 milhões. Já a "gigante" Brasken vai investir o montante de R\$ 754,8 milhões em projetos de ampliação da produção de insumos petroquímicos e aportes em projetos de qualidade e produtividade, meio ambiente, saúde e segurança em suas fábricas, incluindo a unidade baiana de Camaçari.

No pólo calçadista baiano, a Azaléia investiu R\$ 2,8 milhões na expansão das suas operações no estado, incluindo a construção de uma nova fábrica, no município de Ipororó, e a ampliação de 13 das 18 unidades industriais. Nas 18 unidades baianas são cerca de 8.600 funcionários, sendo que quase 1.200 empregos foram gerados em consequência das recentes ampliações. Dos R\$ 2,8 milhões investidos este ano no processo de expansão no estado, R\$ 1,9 milhão foram aplicados na construção da nova unidade e R\$ 900 mil na ampliação das 13 fábricas.

Em relação ao setor de Papel e Celulose, a Suzano Papel e Celulose aprovou investimento de US\$ 1,3 bilhão na ampliação em 1 milhão de toneladas, até 2008, da unidade que hoje tem capacidade instalada para 650 mi toneladas/ano. E a Bahia Pulp anunciou investimento de US\$ 500 milhões para ampliação de sua unidade em Camaçari.

A Petrobrás investirá mais de R\$ 9,5 bilhões nos próximos cinco anos. Os recursos serão direcionados para

a implantação de novas unidades na Refinaria Landulpho Alves (Rlam), para a construção do gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), para a construção da plataforma PRA-1 e instalação do campo de produção de Manati, na Bacia de Camamu.

No setor de alimentos, o grande destaque é para a multinacional Nestlé, que anunciou a implantação de uma fábrica em Feira de Santana, com investimentos de R\$ 150 milhões e a geração de 1.200 empregos diretos para a produção de cereais, sopas, biscoitos, sorvetes e solúveis, que pode entrar em operação no final do próximo ano.

Esta sólida política de incentivos confere ao estado vantagens na captação de investimentos industriais, trazendo empresas, na sua maioria, líderes de seus segmentos industriais, detentoras de tecnologia, além de possuírem mercados bem desenvolvidos e forte capacidade exportadora. O resultado disso é a confirmação de um novo dinamismo para a economia baiana, que vem consolidando a sua produção, sobretudo no que se refere ao seu parque industrial, o qual está se diversificando e se desconcentrando com a vinda de indústrias provenientes dos mais variados segmentos.

Referências

AZALÉIA investe R\$ 2,8 milhões para ampliar produção. *Correio da Bahia*, 1 nov. 2005. Disponível em: www.correiodabahia.com.br.

BAHIA atrai novos empreendimentos. Até setembro, 68 companhias assinaram protocolos de intenções com o Estado, num volume de investimento de R\$ 2,4 bi.

BAHIAINVEST. *A Moderna Economia Baiana*. Disponível em: www.bahiainvest.com.br. Acesso em 11.abr. 2006.

BAHIAINVEST. *PIB baiano cresceu 4,8%*. Expansão registrada em 2005 foi o dobro da média nacional. Disponível em: www.bahiainvest.com.br. Acesso em 11.abr. 2006.

BAHIAINVEST. *Economia baiana - evidências de um grande potencial*. Disponível em: www.bahiainvest.com.br. Acesso em 11.abr. 2006.

CENTRO Industrial de Aratu atrai 20 novas empresas. *Correio da Bahia*, 22 nov. 2005. Disponível em: www.correiodabahia.com.br.

JEQUIÉ recebe novos investimentos. *Correio da Bahia*, 16 nov. 2005. Disponível em: www.correiodabahia.com.br.

MERCADO de trabalho aquecido. *Jornal À Tarde*, 18 dez. 2005.

NESTLÉ deve implantar uma fábrica na Bahia. *Correio da Bahia*, 26 out. 2005. Disponível em: www.correiodabahia.com.br.

NOVOS protocolos geram 2.191 empregos. *Diário Oficial*, 29 mar 2005 Disponível em: www.correiodabahia.com.br.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. *Pesquisa de Investimentos Industriais*. Banco de Dados de Investimentos, dez, 2005. Não disponível

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. *Pesquisa de Investimentos Industriais*. Banco de Dados de Investimentos, dez, 2005. Disponível em: www.sei.ba.gov.br.

TRÊS novas fábricas de pneus até 2007. *Tribuna da Bahia*, 9 dez 2005. Disponível em: www.tribunadabahia.com.br.

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: www.sei.ba.gov.br



Conjuntura Econômica Baiana

Em setembro de 2005, os principais indicadores da economia baiana continuaram a apontar o crescimento da economia estadual. Produção industrial, comércio exterior e vendas do comércio varejista mantiveram a trajetória de crescimento registrada durante todo o ano.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em setembro de 2005, variação positiva de 4,7% em relação ao mesmo mês de 2004. No ano, a indústria acumulou crescimento de 4,5% na comparação com o mesmo período de 2004. Os setores de *minerais não metálicos* (14,3%), *alimentos e bebidas* (9,0%) e *veículos automotores* (39,5%) foram os setores que apresentaram as maiores taxas no acumulado do ano. Já o setor *metalurgia básica* (-3,4%) registrou queda no acumulado do ano.

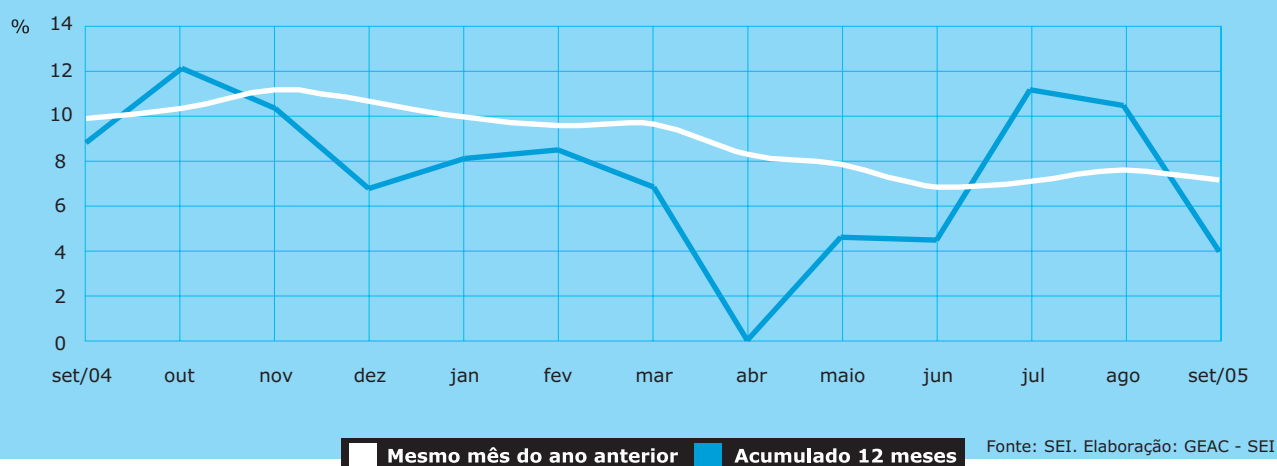
O comércio exterior, de janeiro a outubro de 2005, manteve a trajetória de expansão, tanto das exportações (46,0%) quanto das importações (14,4%). Segundo os dados do MDIC, até outubro de 2005 as exportações baianas somaram US\$ 4,741 bilhões e as importações US\$ 2,656 bilhões, gerando um superávit de US\$ 2,085 bilhões.

O comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 7,1% no acumulado do ano, até o mês de outubro. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *equipamentos e materiais para escritório* (71,4%); *móveis e eletrodomésticos* (39,8%) e *tecidos e vestuários* (17,0%). O segmento *veículos, motos, partes e peças* registrou crescimento de 9,7% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, no mês de novembro, alta de 0,5%. No ano, a alta acumulada nos preços atingiu 5,7%. Os grupos que mais pressionaram o índice foram: *habitação e encargos* (19,4%), *transporte e comunicação* (8,3%) e *alimentos e bebidas* (3,3%).

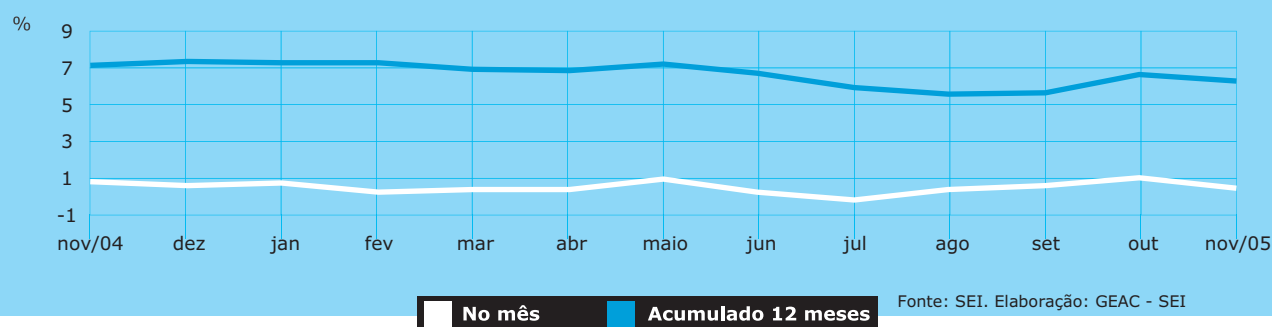
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SE-ADE), fechou o mês de outubro com taxa de desemprego de 23,3% e média anual de 24,8%. No mês, 1.334 milhão de pessoas declararam estar exercendo alguma atividade econômica. Com relação ao rendimento, no acumulado do ano, apresentou estabilidade na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



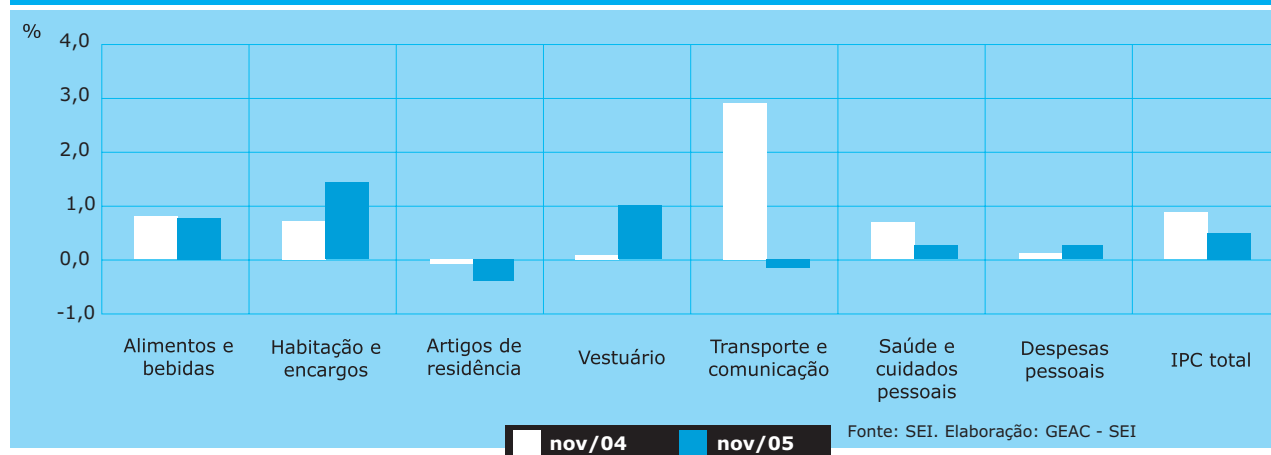
Em setembro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC registrou alta de 3,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já no comparativo set05/ago05, observou redução de 3,5% na atividade econômica. No acumulado dos doze meses, houve uma reversão no processo de crescimento da atividade, uma vez que em setembro o índice registrou acumulado de 7,1% ante 7,5% registrado no mês anterior.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



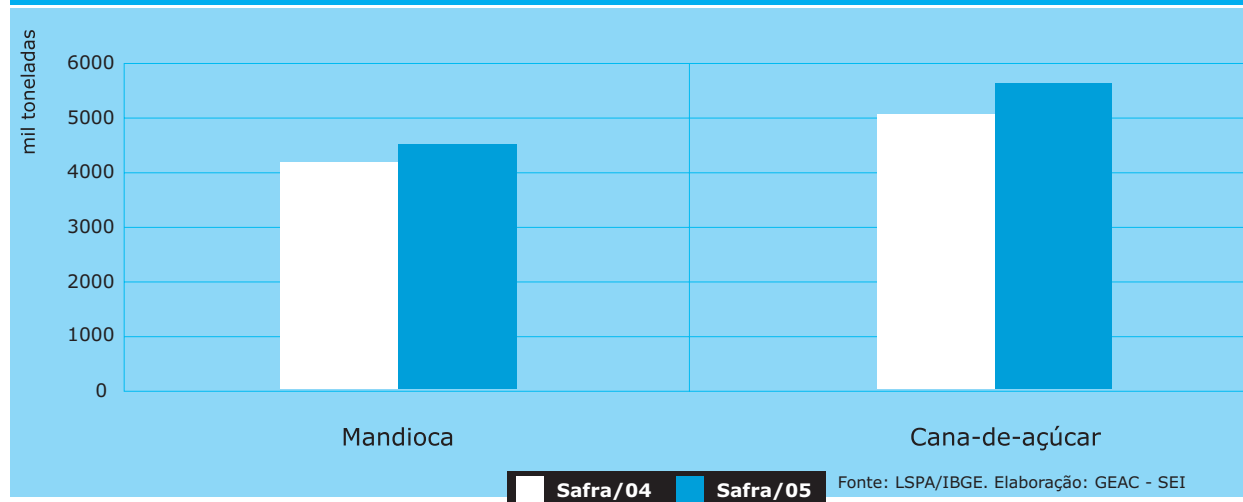
No mês de novembro, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,49%, bem abaixo dos 1,09% do mês de outubro. Com esse resultado, o índice acumulou, nos 12 meses, alta de 6,34%. Transporte e comunicação (9,62%) e Habitação e encargos (20,20%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já artigos de residência (0,15%) continuou sendo o item que menos pressionou na formação do índice.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador

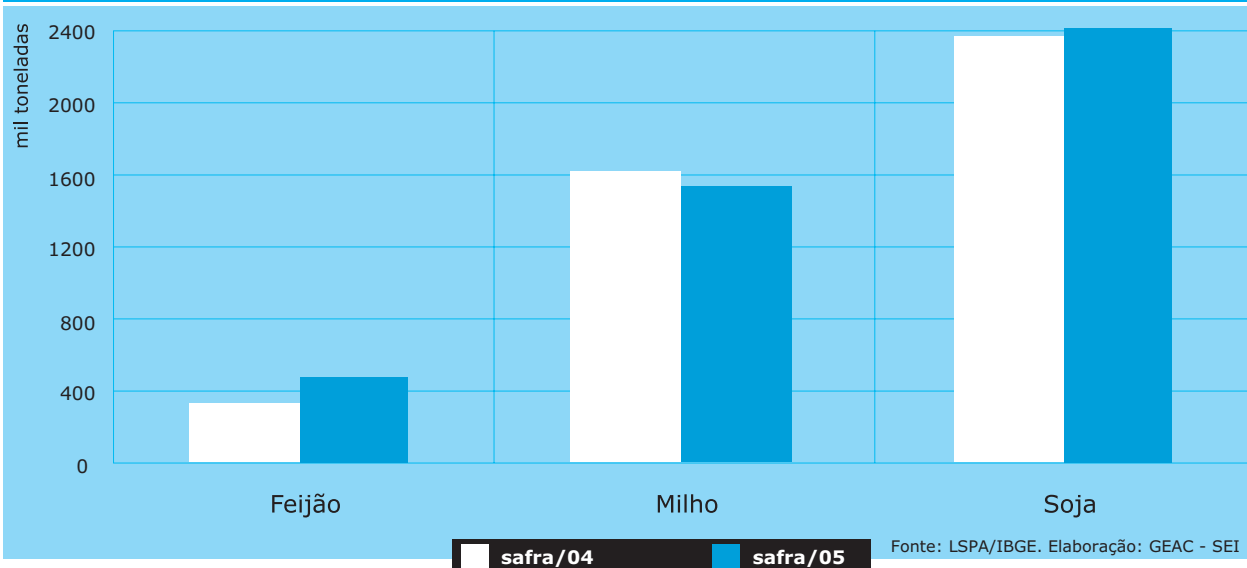


Os grupos de habitação e encargos (1,42%) e de Alimentos e Bebidas (0,75%) apresentaram, em novembro, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens encargos e manutenção (1,76%) e produtos in natura (6,13%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, os grupos de transporte e comunicação (-0,15%) e artigos de residência (-0,39) registraram taxa negativa.

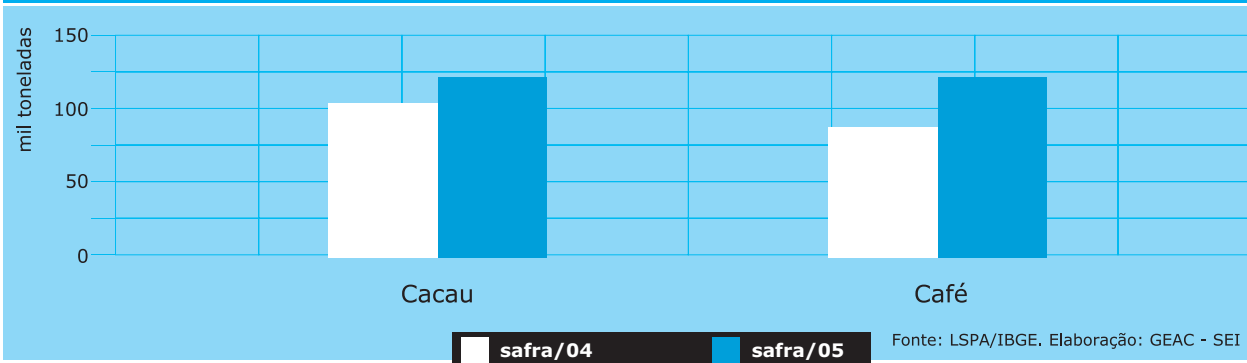
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



As estimativas para a safra baiana, realizadas em novembro de 2005 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), mantém elevação de 7,7% para a safra de mandioca, resultado das expansões nas áreas plantada, colhida e rendimento da lavoura (4,5%, 4,0% e 3,5%, respectivamente). Para a cana-de-açúcar, mantém-se a conjuntura positiva dos preços do açúcar/álcool, justificando a elevação em 11,8% da produção.

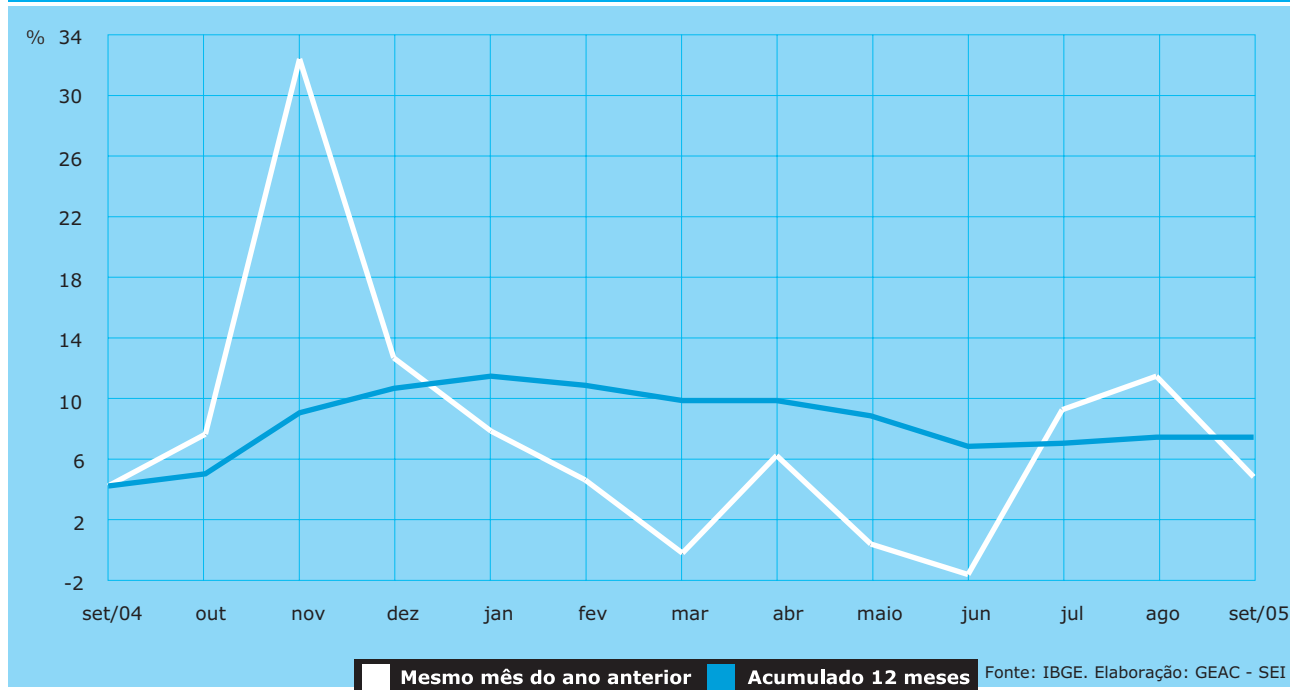
Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia

As estimativas do LSPA apontam expansão de 41,8% da lavoura de feijão. Confirma-se o desempenho do feijão 2ª safra (aumento de 68% da produção). Para o milho, as estimativas são de redução da safra em 5,7%. A queda do rendimento da lavoura (10,5%) contribui fortemente para esse resultado. Para a soja, prosseguem as estimativas de aumento da produção em 1,6%. Aguardam-se as intenções de plantio 2006 para constatar alterações nesse cenário.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia

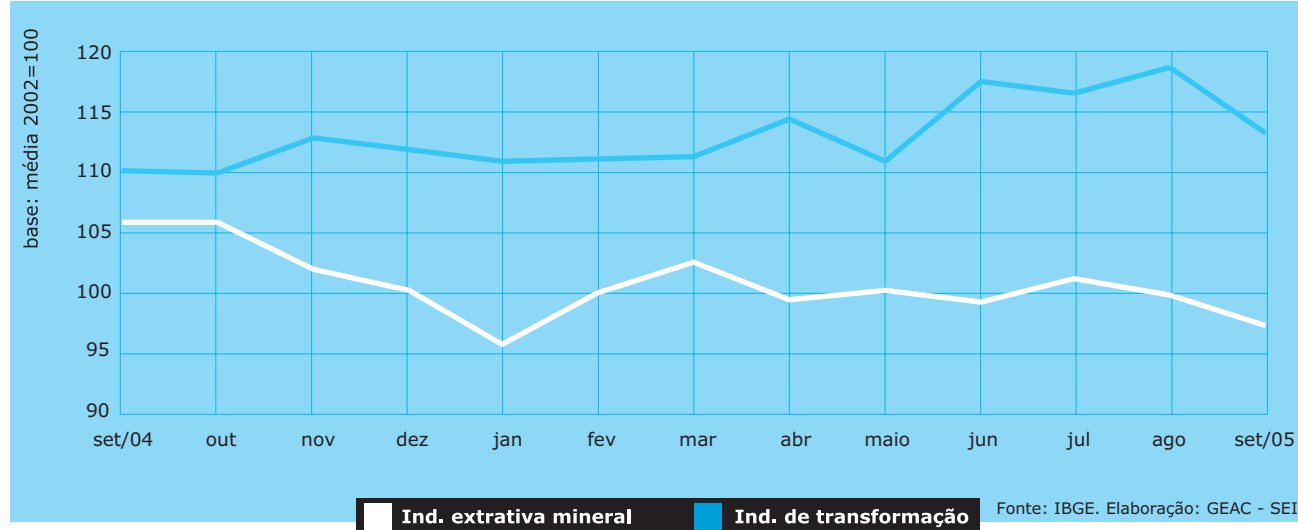
Em novembro de 2005, não se alteram as observações de aumento da produção de cacau (4,0%). Justifica-se pelos aumentos de 2% da área plantada e de 4,0% da área colhida, com pequena queda do rendimento (0,06%). Para o café, mantém-se a elevação de 8,5% da produção. A expansão de 9,2% do rendimento da lavoura contribui com o resultado. Entretanto, as análises permitem verificar a redução das áreas plantada (0,9%) e colhida (0,6%) em relação à safra 2004.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



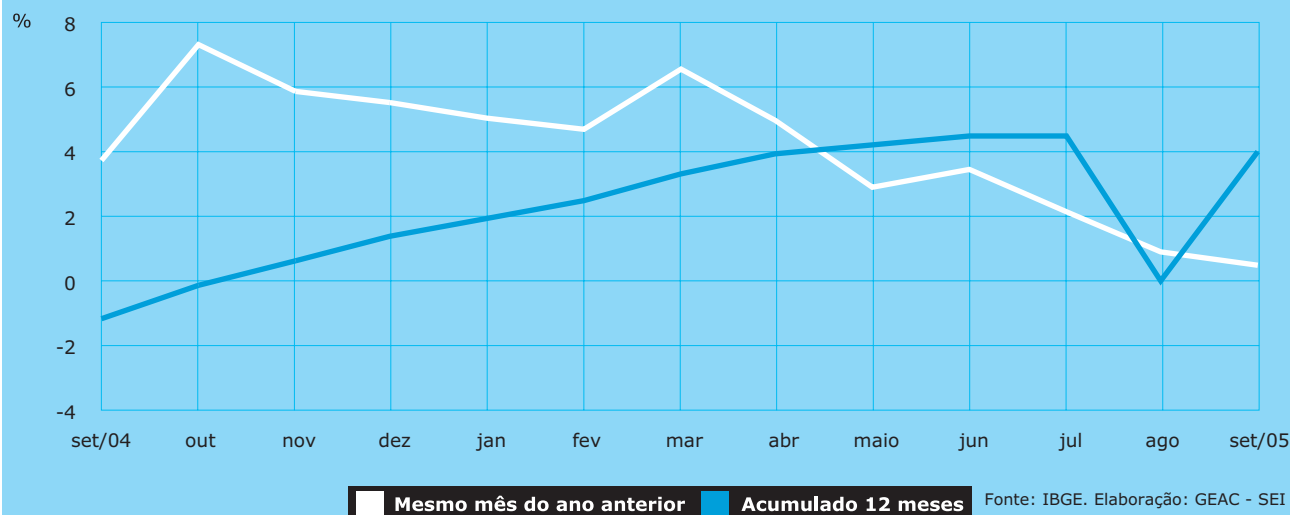
A produção da indústria de transformação da Bahia registrou, em setembro, crescimento de 4,7% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE. Nos doze meses, o índice manteve-se praticamente estável em comparação com o mês anterior, uma vez que o mesmo passou de 7,26% em agosto para 7,31% em setembro. Os setores que registram as maiores taxas nos doze meses são: veículos automotores (46,5%), refino de petróleo e álcool (20,1%) e alimentos e bebidas (10,4%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

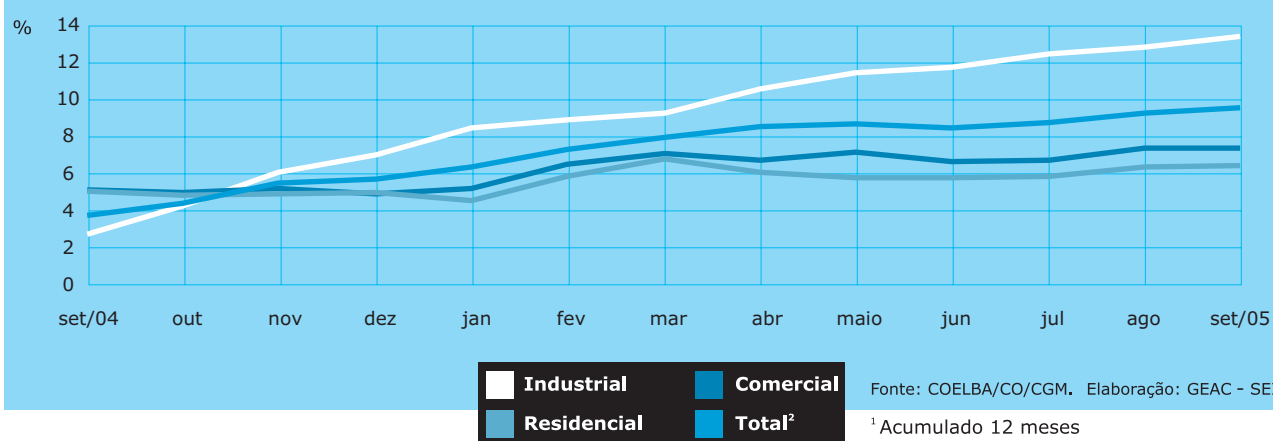


A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana registrou taxa negativa de 4,6% na comparação com o mês de agosto de 2005. Dentre os setores, refino de petróleo e álcool (-0,2%) e produtos químicos (-7,7%) foram os únicos a registrarem variação negativa. Já dentre os setores que registraram variação positiva, o destaque ficou por conta do crescimento de 14,3% na produção de papel e celulose. A indústria extrativa mineral voltou a registrar mais uma queda nesta comparação (-2,5%).

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em setembro de 2005, acréscimo de 0,6% em relação a setembro de 2004; no acumulado dos doze meses, o emprego na indústria baiana de transformação registrou alta de 4,0%. No período, os setores que registraram os maiores incrementos foram: Máquinas e equipamentos, exclusive eletro-eletrônicos, de precisão e de comunicações (63,4%), Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (19,5%) e Metalurgia básica (9,6%).

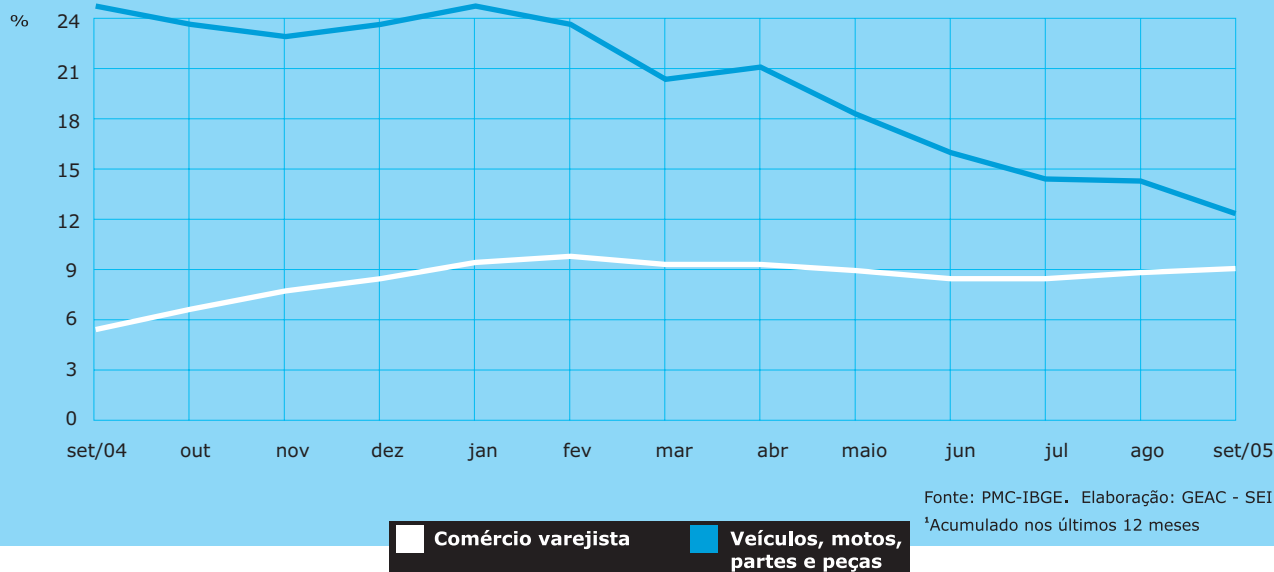
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

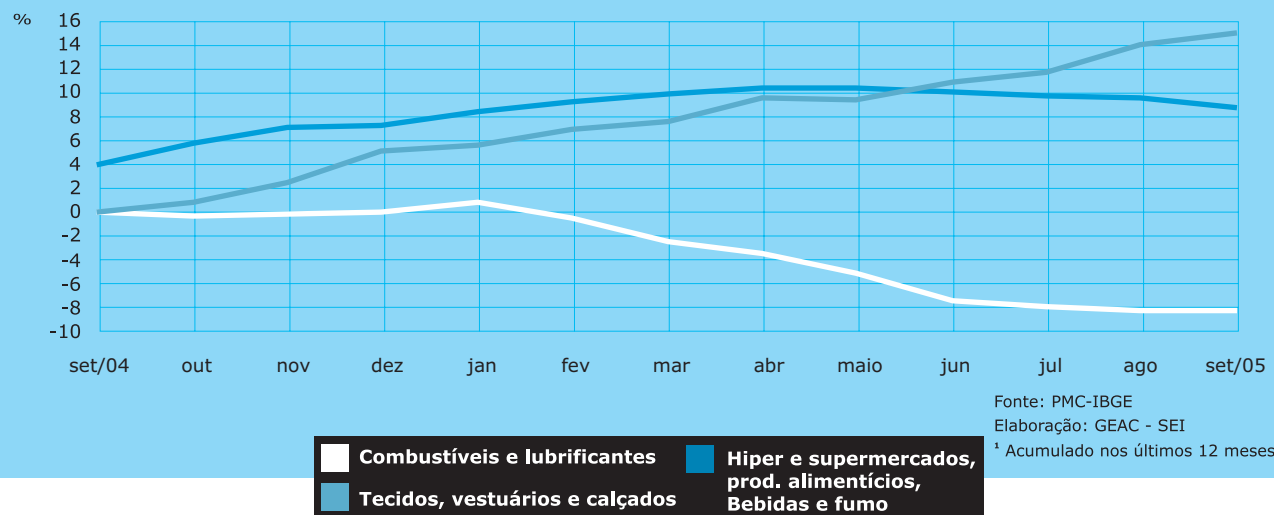
O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, manteve, em setembro de 2005, trajetória de crescimento, registrando alta de 9,5% no acumulado dos 12 meses. Dentre os principais consumidores, a indústria continua apresentando a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 13,4%. O consumo comercial manteve-se estável (7,4%) em relação ao mês de agosto; já o consumo residencial obteve um leve crescimento de 0,1 p.p., também com referência ao mês anterior.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



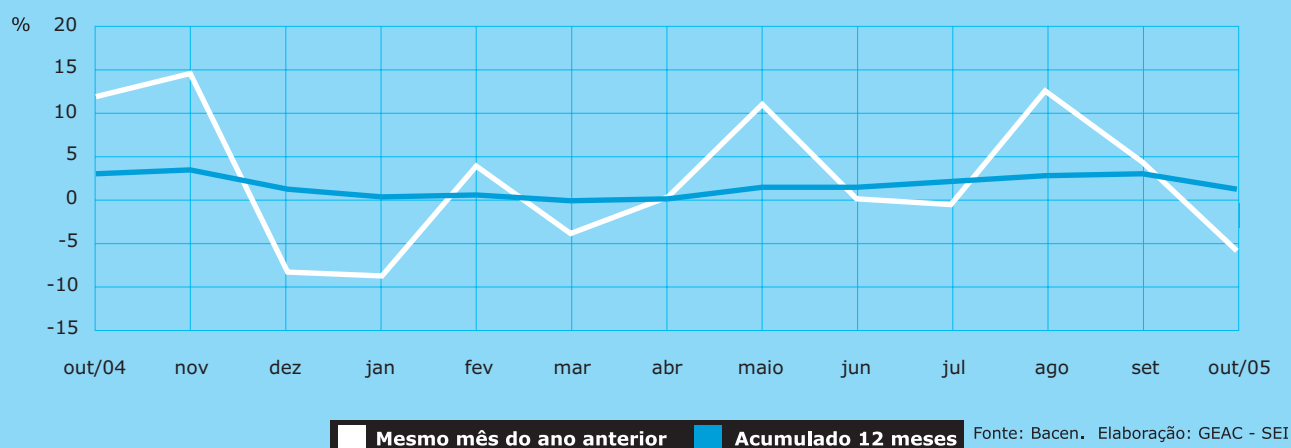
O comércio varejista na Bahia apresentou, no mês de setembro de 2005, pelo vigésimo segundo mês consecutivo, um acréscimo de 9,8% no volume de vendas. A Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE) apurou para o acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 8,9%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 0,9% ante igual mês de 2004. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 12,2%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



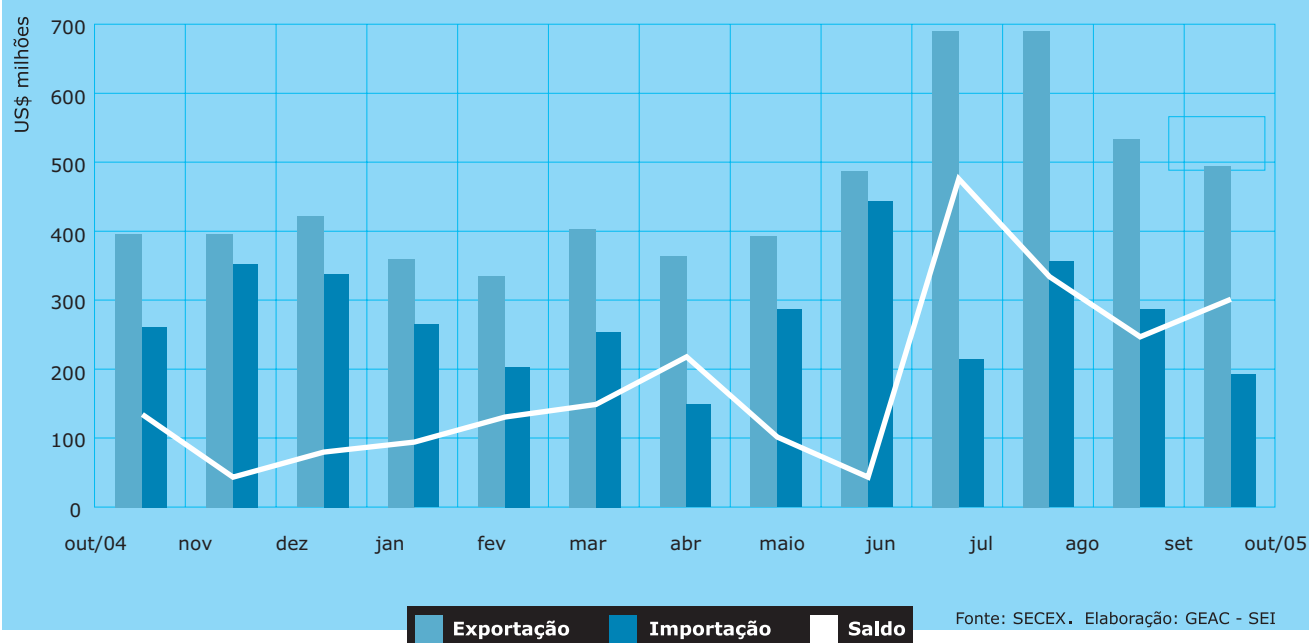
Segundo a PMC (IBGE), o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou, para o acumulado dos últimos doze meses, até setembro/05, um crescimento de 48,4% no volume de negócios. Esse desempenho continua sendo explicado pela ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha verificados nos últimos meses, além da ampliação dos prazos de parcelamento das compras. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos Têxteis e vestuário e Hiper e supermercados, com 14,9% e 8,6%, respectivamente.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



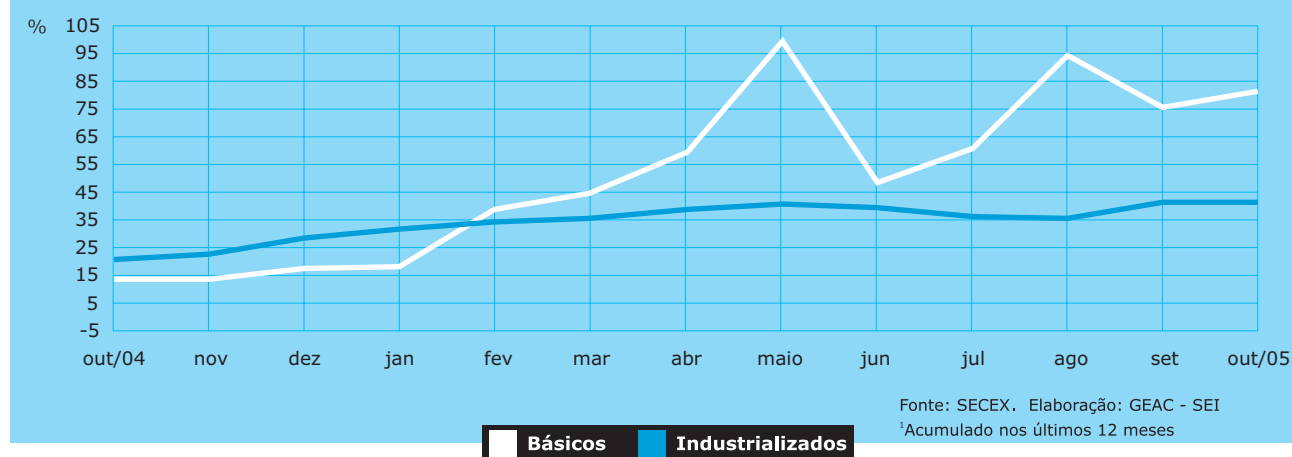
Em outubro de 2005, foram emitidos 422.000 cheques sem fundos na Bahia. Esse resultado é 6,3% inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação outubro05/setembro05, houve aumento de 8,45% no total de cheques sem fundos. Apesar do crescimento registrado em outubro, a taxa acumulada nos 12 meses registrou queda de 0,87%, sendo o mês referente, até o momento, considerado o período em que mais se emitiu cheques sem fundos no ano de 2005.

Balança comercial - Bahia



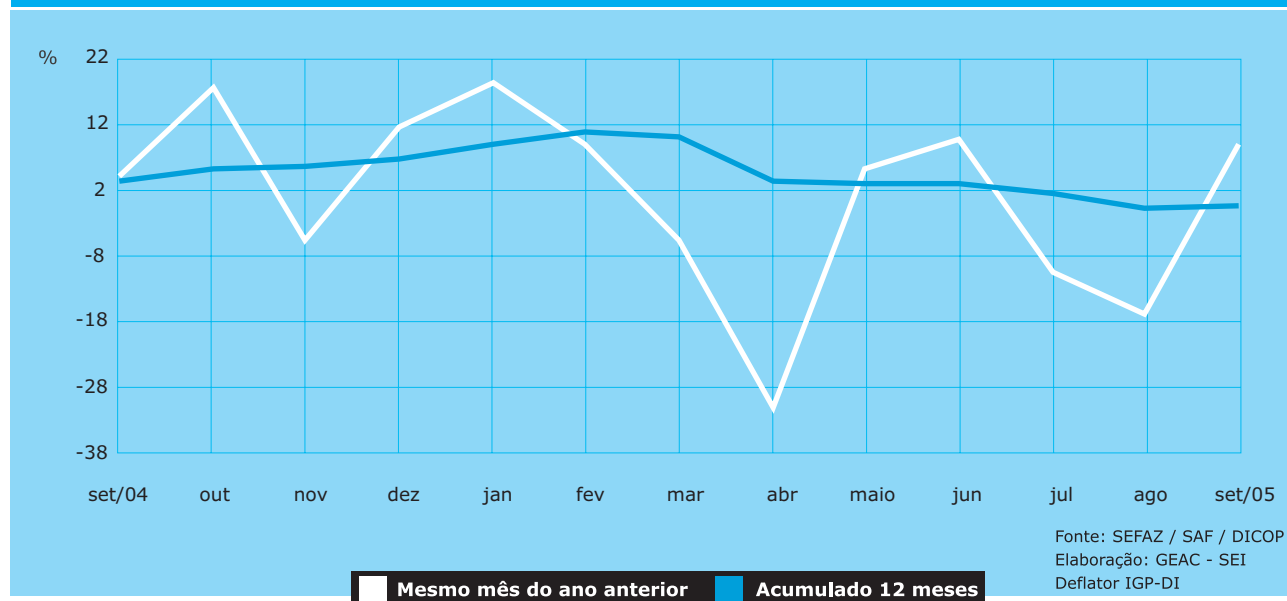
A balança comercial baiana registrou, em outubro de 2005, um saldo superavitário de US\$ 300,6 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 494,3 milhões, o que representa um crescimento de 25% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 193,6 milhões, com queda de 25,5% em relação a outubro de 2004. Esse desempenho das exportações deve-se ao forte dinamismo comercial com países como Estados Unidos, México, Argentina, Bahamas e Alemanha, entre outros.

Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ - Bahia

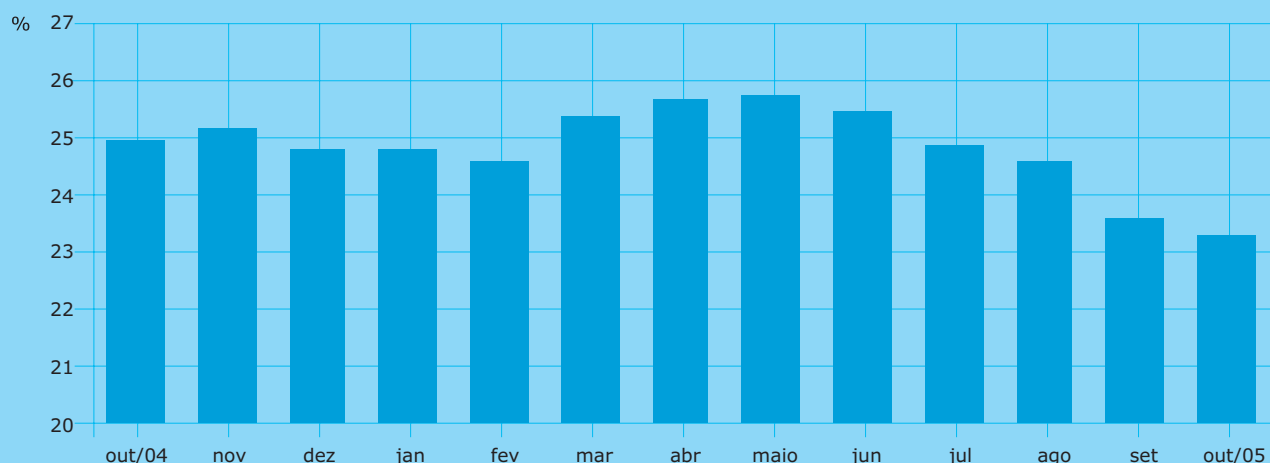


As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 80,6% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando no período uma recuperação das vendas externas de insumos básicos, com um crescimento de 8,9% em relação ao mês anterior. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram um crescimento nas vendas de 40,1%, registrando assim uma queda de 0,84% em relação ao mês de setembro de 2005. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia

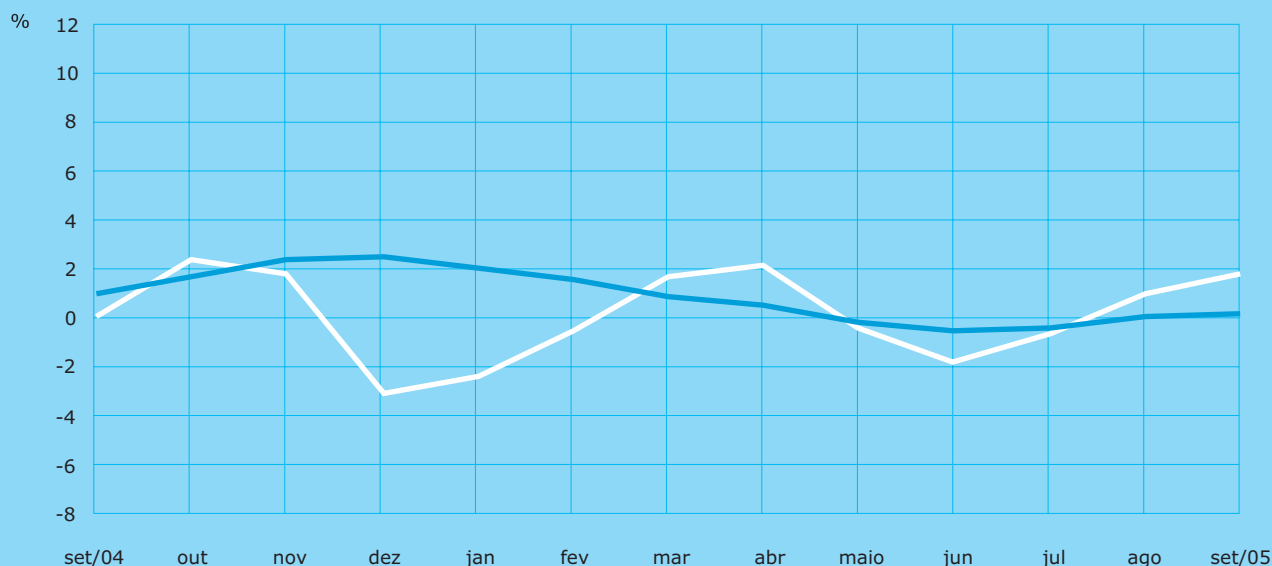


A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de setembro de 2005, crescimento de 8,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R\$ 625.826 milhões. Com esse resultado, a arrecadação registra uma queda de 1,1% nos últimos 12 meses. No ano, a arrecadação total é de R\$ 5.024.240 bilhões.

Taxa de desemprego total - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC - SEI

O contingente de desempregados reduziu-se pelo quinto mês consecutivo, resultando numa taxa de desemprego de 23,3% em outubro de 2005, na Região Metropolitana de Salvador, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego, ou seja, uma queda de 1,3% em relação a setembro do mesmo ano. A principal explicação para esse desempenho está na estabilidade da População Economicamente Ativa, e mais ainda na geração de 6 mil novos postos de trabalho no período.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração: GEAC - SEI
¹Ocupados no trabalho principal

■ Mesmo mês do ano anterior ■ Acumulado 12 meses

O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou incremento de 1,66% em setembro de 2005, comparando-se ao mesmo mês do ano anterior; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se variação de 0,01%; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu, em set/05, a R\$ 720, contra R\$ 716 em ago/05.

Uma análise do debate sobre a dependência

Marcos Guedes Vaz Sampaio*

O debate sobre a dependência econômica dos países latino-americanos é polêmico e agrega pensadores das mais variadas correntes ideológicas. Uma análise mais abrangente e, por isso, mais fidedigna acerca de sua real dimensão torna-se inexeqüível dentro das restrições de um artigo. Portanto, a preocupação deste texto foi de apresentar uma contribuição à evolução deste debate, tão profícuo para a compreensão da realidade da América Latina e do Brasil em particular. Assim, sua importância reside no resgate das discussões sobre a inserção periférica latino-americana no cenário econômico mundial e os caminhos para modificar esta forma de inserção.

As diversas perspectivas de interpretação e análise do modelo econômico dependentista latino-americano tiveram início com a problemática da questão colonial. Embora alguns estudiosos, como Santos (1978)¹, achassem pertinente analisar a dependência econômica a partir da fase colonial, a maioria deles entendia que esta deveria ser analisada e estudada a partir de países politicamente independentes². Neste contexto pode-se citar principalmente Marini (2000) e Cardoso (1973).

O argumento mais comum apontava que a estrutura de organização política e econômica de uma colônia já implicava numa relação de submissão e, portanto, de ausência de autonomia, com isso dificultando o estudo sobre as relações efetivas de dependência econômica.

Dessa forma, a questão da dependência somente

O modelo econômico primário-exportador do período oitocentista apresenta vários aspectos relativos à dependência econômica

poderia ser melhor interpretada a partir de nações politicamente independentes. O século XIX, então, torna-se um período de grande interesse para os estudiosos da dependência³ por ser o ponto de partida da inserção periférica latino-americana no cenário econômico internacional. Existem inúmeras características que evidenciam o caráter de submissão destes países, já politicamente emancipados. Desde a questão da deterioração dos termos de troca no comércio internacional até o papel exercido por estes países, de destino dos capitais ociosos e mercado

* Economista (UFBA) e doutorando em História Econômica (USP)

¹ SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y Dependencia*. México: Ediciones Era, 1978.

² Neste contexto pode-se citar principalmente: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000, e CARDOSO, Ciro Flamarion. *El Modo de Producción Esclavista Colonial en América*. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Modos de Producción en América Latina*. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

³ Pode-se citar: Benjamin Cohen, Osvaldo Sunkel, Pedro Paz, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender, Theotônio dos Santos, Stanley Stein, Bárbara Stein, Fernando Henrique Cardoso, André Gunder Frank, Ladislau Dowbor, Hélio Jaguaribe, Samir Amin, Caio Prado Jr., dentre inúmeros outros.

excedente da produção das economias centrais.

O modelo econômico primário-exportador do período oitocentista apresenta vários aspectos relativos à dependência econômica, a saber: 1) a deterioração dos termos de troca, onde as economias periféricas exportavam bens primários, de menor valor agregado, e importavam bens manufaturados, de maior valor agregado; 2) o centro dinâmico da economia voltado para o exterior, ou seja, o modelo de viés exportacionista; 3) fraco mercado interno, agravado pela mão-de-obra escrava; 4) a aliança entre capital estrangeiro e elite local; 5) inversões estrangeiras principalmente direcionadas a setores que não contribuíam para a transformação do modelo vigente na economia periférica (a chamada “modernização conservadora”); 6) baixa capacidade interna de investimentos; 7) pouca diversificação de produtos na pauta de exportações; 8) ausência de uma distribuição de renda efetiva na sociedade, agravada pela escravidão e; 9) incorporação por parte dos países periféricos de padrões culturais e de consumo das economias centrais.

Todos os aspectos enumerados acima, de alguma forma também estarão presentes nas análises com relação à questão da dependência ao longo do século XX. Evidentemente que levando em consideração a devida contextualização histórica de cada aspecto.

A análise sobre a dependência na América Latina durante o século passado teve início com os estudos da CEPAL, destacando-se Raúl Prebisch. A partir dos trabalhos desenvolvidos por ele e Celso Furtado, entre outros pesquisadores, surgiu a “teoria do subdesenvolvimento”. Esta apontava que os problemas da América Latina estavam relacionados à inserção periférica desta na divisão internacional do trabalho, onde as economias centrais concentravam a produção industrial enquanto as periféricas se dedicavam à produção de bens primários (GOLDENSTEIN, 1994, p. 25).

Esta identificação das economias latino-americanas como primário-exportadoras e importadoras de produtos industrializados levou os estudiosos da CEPAL a analisarem o subdesenvolvimento da América Latina através da “deterioração dos termos de troca”. As economias centrais, industrializadas, produziam bens de maior valor agregado, em detrimento das economias periféricas de base agrária, que produziam bens de menor valor agregado, resultando em

As economias centrais, industrializadas, produziam bens de maior valor agregado, em detrimento das economias periféricas de base agrária, que produziam bens de menor valor agregado

desvantagem para estas nos intercâmbios comerciais. Outra vantagem das economias centrais estava na maior estabilidade de preços dos produtos industrializados, que não estavam sujeitos às intempéries da natureza ou pragas agrícolas, por exemplo. Os estudos da CEPAL, então, chegaram à conclusão de que os países latino-americanos necessitavam intensificar e acelerar seu processo de industrialização, visando agregar mais valor nas relações mercantis internacionais e diversificar sua estrutura produtiva, reduzindo com isso sua inserção de forma dependente no cenário econômico mundial.

Esta análise dos pesquisadores da CEPAL suscitou críticas entre estudiosos como Roberto Simonsen e Caio Prado Jr. no Brasil, Luis Vitale no Chile e Sergio Bagú na Argentina⁵ (SANTOS, 2000). Em linhas gerais, eles alegavam que os cepalinos estariam tentando repetir, num quadro histórico e econômico diferente, os caminhos percorridos pelas nações industrializadas do século XIX. Lembraram das distintas formações históricas dos países e de suas diversas características internas, o que tornaria complicado fazer generalizações e estabelecer um modelo único de desenvolvimento econômico.

André Gunder Frank⁶ (1971, 1980) fazia parte de uma linha de pesquisadores que possuíam uma visão pessimista com relação ao desenvolvimento la-

⁴ Expressão cunhada pelo historiador Barrington Moore para tratar do desenvolvimento capitalista retardatário da Alemanha e do Japão.

⁵ SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁶ Ver: FRANK, André Gunder. *Do Subdesenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Martins Fontes, 1971. (Trad. José Antônio Mendonça e Manuela Couto) e *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Trad. Cláudio Alves Marcondes).

tino-americano. Ele apontou que as economias periféricas foram incorporadas ao cenário internacional desde o período colonial de uma forma submissa, dependente. E que as alianças entre as economias centrais e as elites das economias periféricas somente fortaleciam esta relação, restando como saída para estes países a revolução socialista.

O pessimismo com relação às possibilidades de reversão do quadro de dependência na América Latina também envolveu pesquisadores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e os cepalinos. Este pessimismo ocorreu devido à adoção de algumas políticas, propostas principalmente por membros da CEPAL, que não trouxeram resultados expressivos para o problema do subdesenvolvimento. O processo de substituição de importações, por exemplo, conseguiu provocar transformações significativas no modelo econômico herdado do período oitocentista, mas não o suficiente para reverter o processo de subdesenvolvimento e de inserção dependente na economia mundial.

A excessiva concentração de renda e, portanto, o fraco desempenho do mercado interno, associado a um menor grau de acumulação de capitais e ausência de progresso nos métodos produtivos, foram fatores apontados por Celso Furtado⁷ (1968) para os resultados insuficientes da política de substituição de importações. Estes fatores sempre levariam a um baixo fluxo de renda que conseqüentemente dificultaria o dinamismo da economia, levando-a à estagnação.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1981) criticaram o método de analisar a dependência na América Latina generalizando o modelo. Argumentaram que cada caso deveria ser estudado separadamente. Também refutaram o “evolucionismo” cepalino, considerando que existem diversos caminhos de desenvolvimento possíveis dentro dos sistemas econômicos periféricos. Outrossim, discordaram da visão pessimista e estagnacionista, afirmando que o processo de industrialização brasileiro resultante da política de substituição de importações permitiu um certo nível de desenvolvimento, ainda que com um mercado interno restrito e dependente de investimentos externos.

Eles ainda classificaram o Brasil como um país periférico, industrializado e dependente. A partir disso, alegaram que a realização de uma análise sobre a

economia brasileira não fazia mais sentido sob o prisma da inserção de uma economia primário-exportadora no cenário econômico mundial. Contribuíram também com a tese de que as relações entre o centro e a periferia poderiam ocorrer entre países com diferentes graus de industrialização, e não somente entre primário-exportadores e industrializados (CARDOSO; FALETTTO, 1981).

Outrossim, discordaram da visão pessimista e estagnacionista, afirmando que o processo de industrialização brasileiro resultante da política de substituição de importações permitiu um certo nível de desenvolvimento

Uma das críticas mais predominantes sobre a análise da economia brasileira realizada até então, era de que a preocupação central dos pesquisadores estava na compreensão dos fatores externos e suas influências sobre as políticas econômicas internas, ao invés de tentar estudar a própria dinâmica interna da realidade brasileira (MELLO, 1991). Ela ganhou espaço principalmente após o “milagre brasileiro”, que promoveu elevadas taxas de crescimento sem proporcionar melhorias na qualidade de vida da população. Este cenário ocorreu porque a expansão econômica foi restrita a alguns setores da indústria associados ao aumento do fluxo de capitais estrangeiros para o país, principalmente sob a forma de empréstimos. Assim, fazia-se mister compreender as estruturas internas do país, afinal, mesmo com elevadas taxas de crescimento, a renda continuava concentrada e o tão sonhado desenvolvimento do país não acontecia.

A década de oitenta foi de crise e tentativas de estabilização da economia. Apesar do otimismo de estudiosos como Cardoso e Faletto, a realidade econômica que se apresentava não refletia a expansão do

⁷ FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. 3.a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

mercado interno baseada nos investimentos estrangeiros. Afinal, se a entrada de capitais estrangeiros durante um período da economia brasileira chegou a viabilizar processos de desenvolvimento, estes não foram suficientes para transformar a condição de economia periférica.

A partir do início da década de noventa, uma nova realidade econômica internacional surgiu em decorrência da terceira revolução tecnológica e da globalização financeira. Ela trouxe às economias periféricas menos autonomia de tomar decisões internas do que os teóricos acreditaram, fazendo com que estes repensassem o olhar sobre o mercado interno destes países, assim como sua interação com a nova ordem econômica mundial.

O chamado “Consenso de Washington”, que reuniu o FMI, o Bird e o Tesouro dos Estados Unidos, no início dos anos 90, elaborou uma série de recomendações aos países em desenvolvimento, com o objetivo de resolver os problemas de inflação, crescimento econômico insuficiente, déficits no balanço de pagamentos e má distribuição de renda. Suas propostas consistiam basicamente na abertura e desregulamentação dos mercados, na redução do Estado através das privatizações e na adoção de políticas fiscais mais rigorosas. Após pouco mais de uma década, o único êxito apontado foi o combate à inflação, pois o que se observa é um cenário de desemprego, recessão, baixos salários e crescimento econômico insuficiente.

A partir do início da década de noventa, uma nova realidade econômica internacional surgiu em decorrência da terceira revolução tecnológica e da globalização financeira

Portanto, é importante a continuidade dos debates, assim como a apresentação de novos modelos e caminhos para o desenvolvimento latino-americano. A retomada das discussões sobre a dependência reveste-se de uma importância ímpar diante de um cenário onde o modelo organizado pelo Consenso

de Washington é freqüentemente apresentado na mídia como a única via capaz de reverter a condição de periferia do Brasil e da América Latina. Diante dos resultados pífios deste modelo, o surgimento de novos estudos e a discussão sobre vias alternativas de crescimento para a América Latina é, sem dúvida, o caminho mais profícuo e enriquecedor para transformar o quadro sócio-econômico atual.

Referências

AMIN, Samir. *O Desenvolvimento desigual* – Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Modos de Producción en America Latina*. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

CARDOSO, Ciro Flamarion. El Modo de Producción Esclavista Colonial en America. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Modos de Producción en America Latina*. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1973.

_____. FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *As idéias e seu lugar*: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

COHEN, Benjamin J. *A questão do imperialismo* – A economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIGUEIREDO, Vilma. *Desenvolvimento dependente brasileiro* – industrialização, classes sociais e estado. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FRANK, André Gunder. *Do subdesenvolvimento capitalista*. Tradução José Antônio Mendonça e Manuela Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

_____. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. Tradução Cláudio Alves Marcondes. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da economia brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998.

GASPARIAN, Fernando. *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

JAGUARIBE, Hélio et al. *La Dependencia Politico-Económica de América Latina*. México: Siglo XXI, 1969.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Tradução N. Palhano. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y Dependencia*. México: Ediciones Era, 1978.

_____. *A teoria da dependência – Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

STEIN, Stanley; STEIN, Barbara H. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. 4. ed. Tradução José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SUNKEL, Osvaldo. *O marco histórico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento*. 2. ed. Tradução Regina Maia. Rio de Janeiro: Forum, 1973.

_____. PAZ, Pedro. *El Subdesarrollo Latinoamericano y La Teoría Del Desarrollo*. México: Siglo XXI, 1970.

_____. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Tradução João Maia. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *Um ensaio de interpretação do desenvolvimento Latino-Americano*. Tradução João Maia. São Paulo: Difel, 1975. ■

Mercado de Trabalho: taxa de desemprego estável e queda na renda arrefecem expectativa de recuperação

Samantha Flora Félix Rego*

Eduardo Costa Pinto**

Antônio Plínio Pires de Moura***

Os índices macroeconômicos de 2005 (nível de preço, balança comercial, vulnerabilidade externa e nível de atividade), de modo geral, vêm apontando resultados positivos, tendência esta que se iniciou em 2004 e vem se mantendo em 2005. Entretanto, os dados mais recentes demonstram claramente que tais resultados positivos não são tão viçosos como os do ano passado, principalmente no que se refere ao nível de atividade. Isso provavelmente irá se refletir num natal (4º trimestre) menos pujante do que o esperado e possível em 2005.

A desaceleração do nível de atividade no segundo semestre de 2005 vem ocorrendo em virtude de certa perda de dinamismo do setor externo – que tem como origem a valorização do real – e da dificuldade de expansão do crédito ao consumidor, num contexto de elevadas taxas de juros. Associado a esses elementos – que foram os propulsores do crescimento no primeiro semestre de 2005 –, o governo continua adotando políticas monetária e fiscal contracionistas – pautadas, respectivamente, em altas taxas de juros e grandes superávits primários – que têm sinal contrário à expansão da demanda agregada e, por conseguinte, do crescimento econômico.

Tais políticas contracionistas vêm sendo manejadas com o objetivo de alcançar a meta de inflação; sendo assim, o governo parte do pressuposto que a elevação dos níveis de preço é configurada por pressões de demanda. Razão esta que poderia legitimar a elevação da taxa de juros e do superávit primário¹. No entanto, tal diagnóstico da inflação é passível de questionamentos no campo da teoria econômica, além do que as tais políticas monetária e fiscal provocam a redução dos investimentos públicos federais² e a elevação dos gastos públicos em pagamentos com

Cabe ressaltar que a manutenção da política de taxa de juros elevada transfere renda aos segmentos financeiros e *financeirizados* pela via dos juros dos títulos da dívida pública

juros. Esse manejo da política econômica demonstra a linha ortodoxa da equipe econômica comandada pelo Ministro Palocci. Nem mesmo a queda recente na taxa *Selic*, que passou de 19,0% para 18,5% ao ano, parece ter modificado o objetivo perseguido pela política econômica, qual seja, o controle da inflação a qualquer custo, mesmo à custa de uma menor taxa de crescimento.

Cabe ressaltar que a manutenção da política de taxa de juros elevada transfere renda aos segmentos financeiros e *financeirizados* pela via dos juros dos títulos da

* Graduada em economia da FCE/UFBA e membro do NEC.

** Mestre em economia da Faculdade de Ciências Econômicas (CME/FCE/UFBA) e integrante do NEC.

*** Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).

¹ Até o mês de setembro o Superávit Primário foi de 6,10% do PIB (R\$ 86,502 bilhões). Apesar de essa cifra ser suficiente para cumprir a meta do ano, 4,25% do PIB, não pagará toda a conta de juros da dívida pública (R\$ 120 bilhões até setembro).

² Até o dia 15 de outubro de 2005, o governo Lula realizou R\$ 2,1 bilhões dos R\$ 22,1 bilhões autorizados para este ano, número equivalente a 9,58% do total.

dívida pública. Não é por acaso que os quatro maiores bancos privados de varejo – Banespa, Bradesco, Itaú e Unibanco – somaram um lucro líquido consolidado de R\$ 10,504 bilhões nos primeiros nove meses do ano. O resultado é 52,1% maior do que os R\$ 6,9 bilhões obtidos nos primeiros nove meses de 2004, e foi impulsionado pelo salto expressivo do crédito e pelos ganhos com títulos da dívida pública (CARVALHO, 2005). Dessa forma, percebe-se a lógica da atual fase do capitalismo, a fase que François Chesnais chamou de “regime de acumulação financeira mundial”, pautada pelo domínio das grandes instituições financeiras que lucram às custas da transferência de renda dos trabalhadores pela via da financeirização da economia, centrado nos títulos da dívida pública.

Apesar das políticas fiscal e monetária, os resultados mais atualizados do nível de atividade (indústria, comércio varejista, agropecuária e mercado de trabalho) continuam positivos, haja vista o papel ainda desempenhado pelo setor externo e pela política creditícia expansionista do governo. No entanto, fica clara a desaceleração da economia, principalmente na indústria.

Paulatinamente, aumentam os sinais de que a economia brasileira crescerá bem menos do que o previsto neste ano. A cada dia, mais instituições reduzem as projeções para a expansão do PIB em 2005. Essencialmente, este fato se dá em função da queda de 1,2% deste indicador no terceiro trimestre deste ano – a maior queda desde o primeiro trimestre de 2003 – e também da produção industrial (-0,7%), no mesmo período.

A estabilidade na taxa de desemprego no mês de outubro contrariou a idéia de um final de ano mais aquecido, sugerindo um cenário para o mercado de trabalho razoavelmente estagnado. Ademais, a renda real reduziu-se, sinalizando que a economia ainda patina, após ter encolhido no terceiro trimestre.

Por outro lado, as importações não crescem com o ritmo esperado para o caso de uma economia relati-

vamente aquecida, o que sugere que consumidores e, principalmente, a indústria não comprem produtos finais e insumos, esperando por sinais melhores de desempenho econômico.

A tônica da economia brasileira no terceiro trimestre deste ano foi o pouco dinamismo presente nos indicadores de nível de atividade. A conjugação de alguns fatores contribuiu para a conformação desse cenário, conforme descrito anteriormente.

Mercado de Trabalho sinaliza estabilidade na taxa de desemprego

Os dados apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE para o mercado de trabalho em outubro de 2005 convergiram com a dinâmica da atividade econômica como um todo. A taxa de desocupação, para o total das seis regiões metropolitanas, foi estimada em 9,6%, só apresentando variação na comparação anual, quando se retraiu em 0,9 ponto percentual (Gráfico 2). Este indicador mantém-se estável pelo quarto mês consecutivo na comparação mensal.

No que se refere ao contingente de pessoas na força de trabalho – PEA –, houve incremento de 1,1% e redução de 0,6 p.p. na taxa de atividade (56,8%), ambos no cotejo anual. Neste período, verificou-se uma maior demanda por força de trabalho (variação das ocupações) em relação à oferta de trabalho (variação da PEA), ocasionando uma queda de 0,9 ponto percentual na taxa de desemprego em outubro (Tabela 2). Por sua vez, a menor taxa de atividade ocorreu, principalmente, em razão da redução do contingente de desocupados (-7,34%).

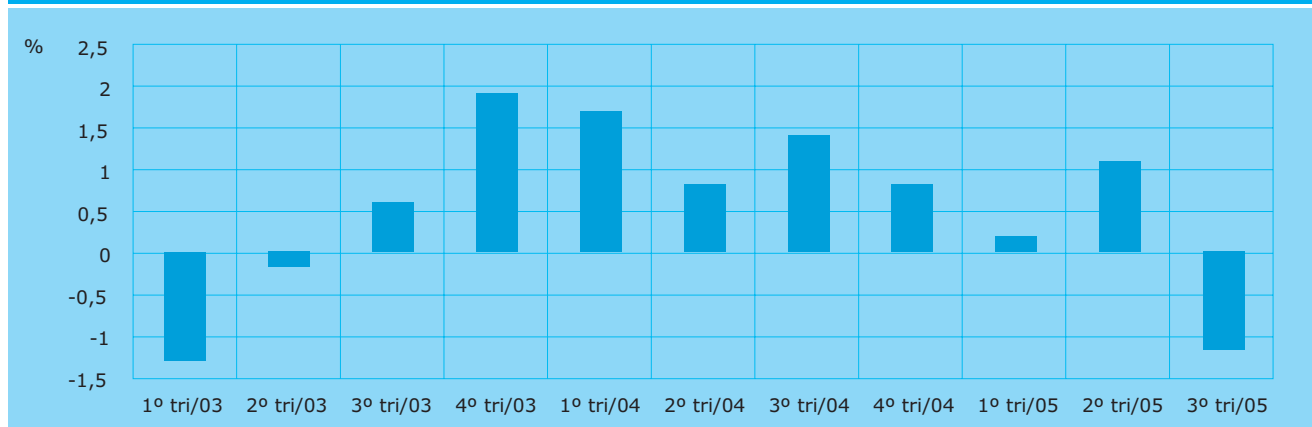
Regionalmente, frente a setembro de 2005, apenas Porto Alegre apresentou movimentação, com queda na taxa de desocupação (de 8,4% para 7,5%) em decorrência da redução no contingente de desocupados, associada à estabilidade no número de pessoas ocupadas, na comparação mensal. No confronto com

Tabela 1
Principais resultados do PIB, Brasil: 2004/2005

	3º tri./04	4º tri./04	1º tri./05	2º tri./05	3º tri./05
Acumulado no ano/mesmo período do ano anterior	5,0	4,9	2,8	3,4	2,6
Últimos quatro trimestres/quatro trimestres anteriores	4,0	4,9	4,6	4,4	3,1
Trimestre/mesmo trimestre do ano anterior	5,9	4,7	2,8	4,0	1,0
Trimestre/trimestre anterior**	1,4	0,8	0,2	1,1	-1,2

Fonte: IBGE *a preços de mercado ** com ajuste sazonal

Gráfico 1
Evolução do PIB, Brasil: 1º tri/2003 - 3º tri/2005



Fonte: IBGE

outubro de 2004, apenas as regiões de Belo Horizonte (8,5%) e São Paulo (9,6%) diminuíram o desemprego. Por outro lado, na região de Recife houve crescimento deste indicador (14,3%) (Gráfico 3).

Analisando a forma de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, observou-se que os *empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado* (40,1% da população ocupada) apresentaram crescimento de 4,2% em relação a setembro de 2004.

De fevereiro a setembro deste ano, as contratações com carteira de trabalho assinada cresceram sistematicamente mais do que as sem carteira assinada e do que o trabalho por conta própria, em todas as seis regiões metropolitanas. Nota-se, pois, um movimento de reversão da tendência de expansão da informalidade nesse período.

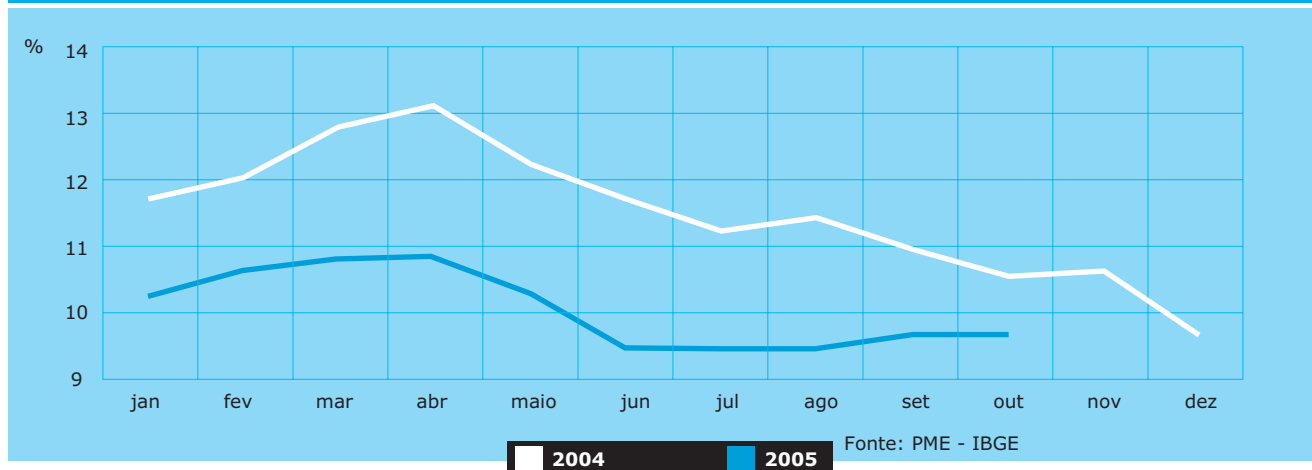
No entanto, o percentual de empregados com carteira

assinada ainda está distante dos 40,6% registrados em setembro de 2002. O que possivelmente explica e favorece a formalização é a evolução de setores que empregam tradicionalmente mais mão-de-obra formal, o incremento das exportações e uma menor incerteza dos empresários em relação ao futuro da economia.

No que tange à participação das exportações nesse processo, esta induz as empresas a terem mais rigor nas contratações, em razão dos clientes externos comprarem produtos de empresas que respeitam as leis trabalhistas, pois é uma exigência do mercado internacional.

Nessa perspectiva, o Sesi (Serviço Social da Indústria) elaborou, para o ano de 2003, um perfil contendo os principais traços dos trabalhadores formais brasileiros. Estes auferem até três salários mínimos, possuem baixa escolaridade, são do sexo masculino

Gráfico 2
Taxa de desemprego, Brasil: Jan/2004 - Dez/2005



Fonte: PME - IBGE

Tabela 2
Principais variáveis do mercado de trabalho

Variáveis	Brasil* (em mil)					
	out/04	out/05	Variação	set/05	out/05	Variação
PIA	38.271	39.078	2,11%	38.973	39.078	0,27%
PEA	21.968	22.214	1,12%	22.211	22.214	0,01%
Ocupados	19.666	20.081	2,11%	20.072	20.081	0,04%
Desocupados	2.302	2.133	-7,34%	2.140	2.133	-0,33%
Tx. Desocupados	10,5	9,6	-0,9	9,6	9,6	0,0

Fonte: IBGE/Pesquisa de Emprego (PME)

* Brasil: RMS, SP,RJ,REC,BH, PA

(60%), exercem funções no setor de serviços e moram na região Sudeste. Quanto à escolaridade, houve restrição na proporção de trabalhadores com ensino fundamental incompleto. Em contrapartida, a maior parcela dos empregados formais não atingiu o ensino médio (43,4%).

Paradoxalmente, há menor participação feminina no cenário formal do labor, ainda que entre elas se observe melhor nível de instrução. No universo de analfabetos as mulheres não chegam a 20%, e entre as pessoas com curso superior completo, são maioria (55,9%). Em detrimento disso, seus salários são inferiores aos dos homens.

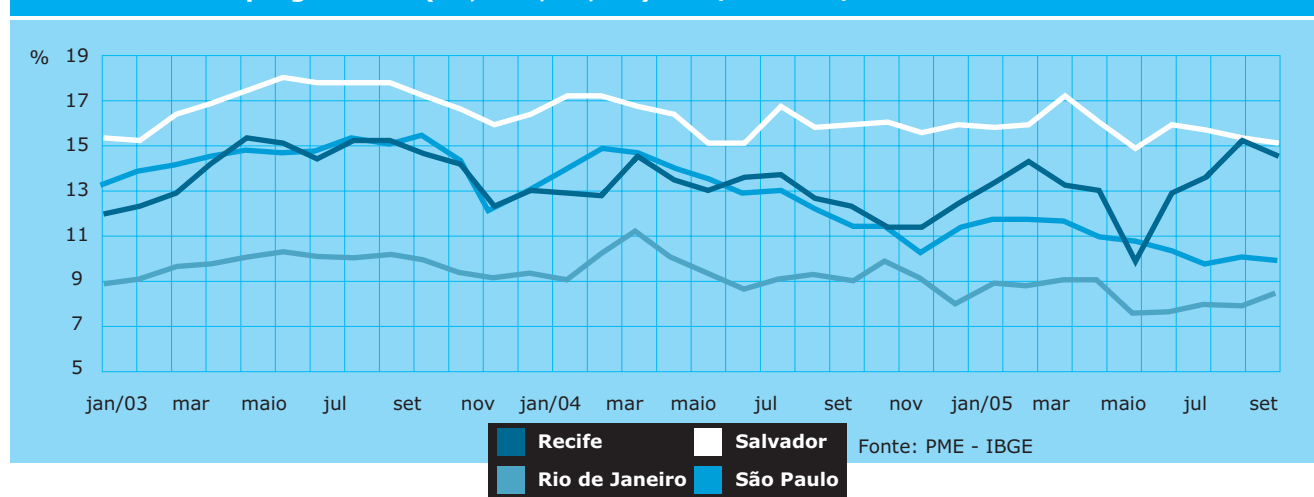
A presença de distinções relativas à inserção masculina e feminina no mercado de trabalho remete à questão da dupla jornada de trabalho feminina e, consequentemente, à urgência de promover este debate entre os diversos grupos sociais a respeito das formas sob as quais esta se legitima. Embora o trabalho na esfera privada seja invisível, este se configura fundamental para o funcionamento da sociedade. No entanto, ao anali-

Paradoxalmente, há menor participação feminina no cenário formal do labor, ainda que entre elas se observe melhor nível de instrução

sar os diversos recortes (idade, situação econômica, casais com ou sem filhos) em pesquisa da socióloga Neuma Aguiar, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nota-se que o desequilíbrio concernente à distribuição das tarefas do lar ainda é significativo. A pesquisa sinaliza que o tempo dedicado ao desempenho das tarefas no lar pela mulher é 5% superior ao homem, durante a semana, enquanto nos fins de semana a disparidade atinge os 62%.

O desdobramento da análise à luz da noção de gênero também aponta a existência de desigualdades no

Gráfico 3
Taxa de desemprego: RM's (RE, SSA, RJ, SP): Jan/03 - Set/05



interior da categoria feminina, refletida no fato de que o salário-hora pago às mães é, em média, 27% menor que o das trabalhadoras sem filhos, conforme o estudo de Elaine Toldo Pazello, professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP.

Considerando os *empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado* (15,7% da população ocupada), sob o enfoque regional, verificou-se aumento apenas em Salvador (12,8%), no cotejo com outubro de 2004. O contingente dos *trabalhadores por conta própria* (19,6% da população ocupada) revelou alteração na região de Belo Horizonte (-7,4%), na comparação mensal. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, apenas Salvador variou (-11,4%).

No que se refere ao *rendimento médio real efetivamente recebido* no mês de setembro, houve elevação de 1,9% e restrição de 1% nos cotejos anual e mensal, respectivamente, para o total das seis regiões metropolitanas (Gráfico 4). Esta redução se explica, sobretudo, pelo aumento da inflação de um mês para o outro e pelo fato de mais pessoas terem ingressado no mercado de trabalho com salários mais baixos. Assim, este dado corrobora com a tendência recente de desaceleração nos indicadores de nível de atividade.

No âmbito regional, observou-se crescimento significativo do rendimento médio real nas regiões de Recife (6,5%), Salvador (10,5%), Rio de Janeiro (4%) e Porto Alegre (1%), em relação a setembro/05. Na comparação mensal, houve crescimento da renda apenas em Salvador (1,6%) e no Rio de Janeiro (2,6%), e queda em Recife (5%), Belo Horizonte (2,9%) e São Paulo (2,5%) (Gráfico 5).

Em termos das perspectivas para os próximos meses, os analistas prevêem que a contratação de funcionários temporários, principalmente no comércio, pode contribuir para uma queda na taxa de desemprego. Em contrapartida, esse movimento puxa a média da renda para baixo, uma vez que os temporários ganham menores salários. Afora esta possível influência positiva atribuída ao fator sazonal, não há expectativas de melhoras.

No entanto, no que se refere à qualidade dos vínculos, essa possível aceleração da ocupação deverá dar continuidade à melhoria – atualmente em curso – do grau de formalização do mercado de trabalho.

Ademais, se a inflação permanecer em um patamar reduzido, poderá retomar o processo de recomposição dos rendimentos médios reais, e as perspectivas de aquecimento da demanda por trabalho poderão dar sustentação a um aumento da massa salarial (BOLETIM..., 2005).

Importa considerar que a retração de 0,7% na produção industrial no terceiro trimestre contribuiu negativamente para as projeções do PIB anual e trimestral. Em função disso, as previsões de crescimento econômico para 2005 foram reduzidas para um valor igual ou abaixo de medíocres 2,5%.

Referências

ALENCAR, Kennedy; PATU, Gustavo. Dilma combate “conservadorismo” da Fazenda: ministra diz que seu papel no governo é fazer contraponto ao “conservadorismo intrínseco” da equipe econômica. *Folha de São Paulo*, 4 nov. 2005. Dinheiro. p. B1.

Gráfico 4
Rendimento efetivamente recebido, Brasil (RM's): Jan/2003 - Set/2005

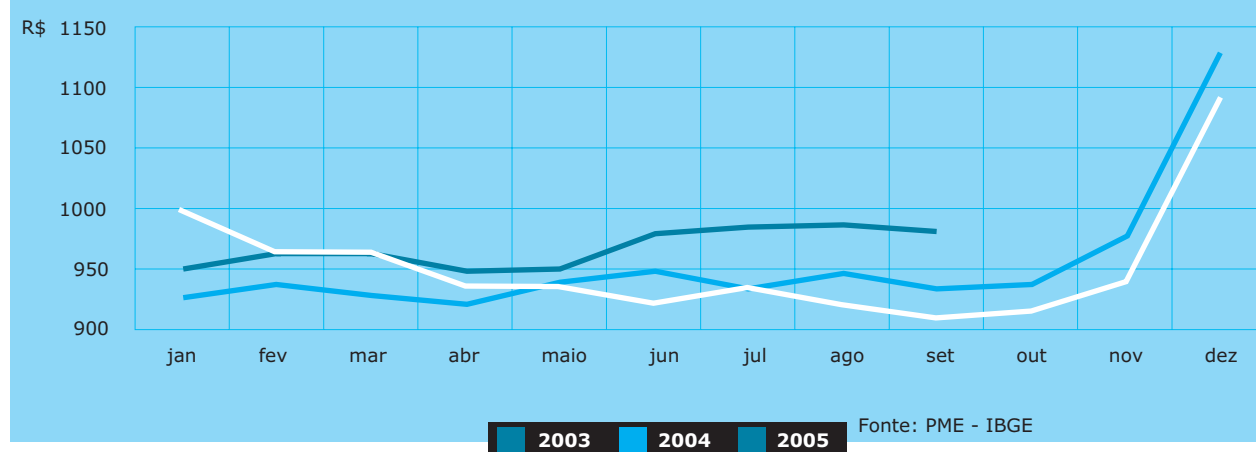
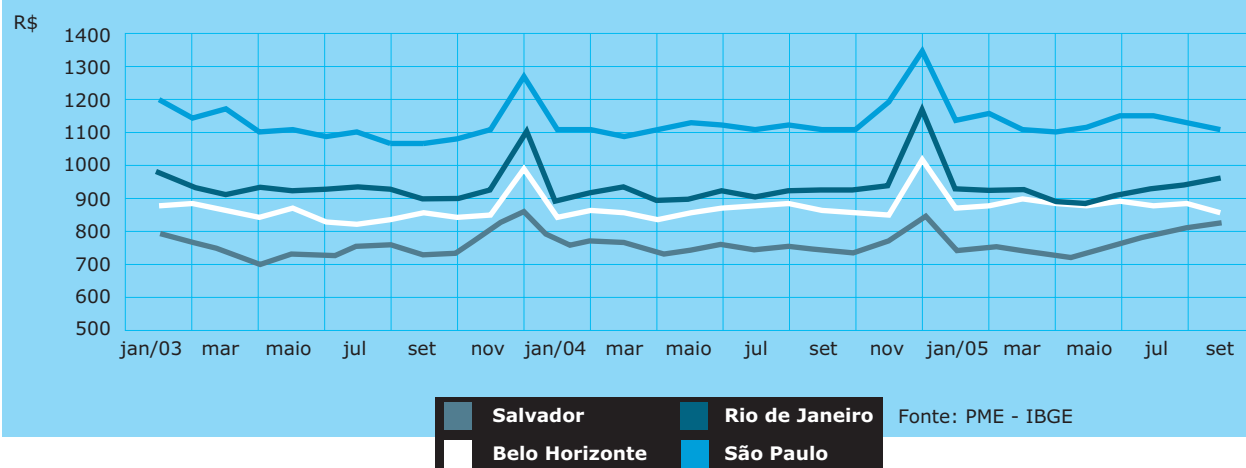


Gráfico 5

**Rendimento médio efetivamente recebido, RM's (SSA, BH, RJ e SP):
Jan/2003 - Set/2005**



ALMEIDA, Cássia. Mulher trabalha mais que homem. *A Tarde*, 16 out. 2005. p.29.

BILLI, Marcelo; BALLBI, Sandra. Analistas vêm até PIB negativo no trimestre. *Folha de São Paulo*, 10 nov. 2005. p. B3.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Brasília: IPEA; n. 70, set. 2005.

CARVALHO, Maria Cristina de. Os quatro maiores bancos privados de varejo ganham mercado e ampliam receita. *Valor Econômico*, 11 nov. 2005. p C1.

CHESNAIS, François. Mundialização do Capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. *Revista SEP*, n. 1, 1997.

DURÃO, Vera S.; SANTOS, Chico. PIB surpreende e cai 1,2% no 3º trimestre. *Valor Econômico*, 01 dez. 2005. p. A5.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E COMÉRCIO – PIMES/IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 16 nov. 2005.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO – PME/IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 16 nov. 2005.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA – Brasil. Set. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2005.

SOARES, Pedro. Contratação com carteira cresce mais, constata IBGE. *Folha on line*. 15 nov. 2005. Dis-

ponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/dinheiro>. Acesso em: 16 nov. 2005.

Pedro, SOARES. Salário cai e ocupação sobe no comércio. *Folha de São Paulo*, 28 out. 2005. p. B11.

SOFIA, Juliana. Trabalhador formal ganha até 3 salários mínimos. *Folha de São Paulo*, 5 out. 2005. p. B7.

SPITZ, Clarice. Maioria das empregadas domésticas não têm carteira assinada. *Folha on line*. 17 nov. 05. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/dinheiro>. Acesso: 16 nov. 2005.

THENDIM, Liane. Quem tem filho ganha 27% menos. *A Tarde*. 16 out. 2005. p. 29. ■



Quem são os inativos baianos

Flávia Santana Rodrigues*

Nesse texto, pretende-se fazer uma apresentação dos dados da PNAD, referentes às pessoas residentes na Bahia que não estão ocupadas e nem procurando trabalho, conhecidas como inativas, elaborando um perfil dessas pessoas segundo alguns atributos. Assim, o objetivo central deste trabalho é a caracterização da inatividade na Bahia. Procura-se fazer também uma discussão sobre as diferenças conceituais de inatividade entre algumas pesquisas estatísticas.

Assim, este texto está subdividido em três partes, além dessa breve apresentação. A primeira aborda as diferenças em torno do conceito de inatividade de três pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) — o Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Empregos (PME), comparando-as entre si e com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), produto de uma parceria que envolve o DIEESE, a Fundação SEADE, órgãos estatísticos e instituições de alguns estados, em cujas regiões metropolitanas¹ a pesquisa é aplicada. O segundo item traz a caracterização dos inativos, com base nos dados da PNAD para a Bahia e, por fim, no terceiro e último tópico são registradas algumas conclusões sobre o assunto.

Diversidade conceitual sobre os inativos nas pesquisas domiciliares

A inatividade é um conceito que indica quantas pessoas de 10 anos ou mais de idade não estão efetivamente exercendo alguma atividade no mercado de trabalho e não o estão pressionando buscando se inserir ocupacionalmente, isto é, representa todos os que estão “não economicamente ativos”. Essa definição é obtida por meio de uma convenção metodológica entre as diversas pesquisas domiciliares, em torno da idade a partir dos 10 anos, para designar a população em idade ativa (PIA)².

A PIA é um conceito básico para compreender a inatividade e “em um país ou região corresponde a um contingente expressivo e majoritário da população total que está potencialmente apta para o exercício da atividade econômica produtiva

A PIA é um conceito básico para compreender a inatividade e “em um país ou região corresponde a um contingente expressivo e majoritário da população total que está potencialmente apta para o exercício da atividade econômica produtiva” (JANNUZZI, 2004).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, fonte estatística mais abrangente do país em termos de cobertura populacional, os inativos ou a população não economicamente ativa são definidos a partir de uma série de situações que devem ocorrer durante a semana de referência da pesquisa, quais sejam:

* Economista da SEI. Pós-graduanda em Planejamento e Gestão Governamental pela Universidade Salvador (UNIFACS).

¹ A PED é realizada atualmente no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de Salvador, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo.

² A escolha por essa faixa de idade, de 10 anos ou mais, leva em consideração a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de padronizar as estatísticas de trabalho numa escala mundial, possibilitando a comparabilidade dos dados de diversos países. Esse corte etário consegue refletir de certa forma a realidade do mercado de trabalho brasileiro, reflexo do subdesenvolvimento do país, onde há uma razoável participação de crianças na população economicamente ativa (PEA). Como a oferta potencial do mercado de trabalho do país é representada a partir dessa idade, consegue-se através de tal informação captar em parte o trabalho infantil. Para Jannuzzi (2004), a PIA, de modo geral, compreende as pessoas que estão numa faixa de idade que pode variar no intervalo inicial com mais de 10 ou 15 anos indo até os 65 ou 70 anos de idade.

Exerciam afazeres domésticos no próprio lar; estudavam; viviam de rendimentos da aposentadoria; pensão ou de aplicação de capital; estavam detidas cumprindo sentença; eram doentes ou inválidas sem serem licenciadas do trabalho; não desejavam trabalhar ou, desejando, deixaram de procurar trabalho porque não encontravam (CENSO DEMOGRÁFICO de 1991, 1996).

Duas outras pesquisas domiciliares do IBGE têm definições de população não economicamente ativa muito semelhantes à do Censo. A primeira delas é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que considera como inativos todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade que, na semana de referência, não estivessem nem ocupadas nem desocupadas, isto é, fora do mercado de trabalho³.

A segunda é a Pesquisa Mensal de Emprego - PME, cuja conceituação para os inativos é aparentemente igual à da PNAD, também afirmando ser todas as

A PED também enquadra como inativos as pessoas que, dada a condição anterior, realizam trabalhos ocasionais

pessoas em idade ativa que não se encontrassem ocupadas nem desempregadas na semana de referência. A distinção entre essas duas pesquisas está basicamente nos conceitos da PME de ocupação e desocupação⁴, que são mais abrangentes do que os da PNAD, fazendo com que esta pesquisa capte um quantitativo menor para a inatividade.

Observando agora a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, percebe-se uma definição conceitual de inatividade bastante particular.

Apesar de considerar como inativa aquela parcela da PIA que não está ocupada nem desempregada, assim como as outras três pesquisas acima descritas, a PED também enquadra como inativos as pessoas que, dada a condição anterior, realizam trabalhos ocasionais⁵.

Algumas críticas são feitas ao conceito de inatividade usualmente adotado pelas diversas pesquisas domi-

iliares no país. Dentre elas está a que se refere à desconsideração, basicamente, do trabalho feminino nos afazeres domésticos, realizados no próprio lar, como uma ocupação. Esse pressuposto faz com que essas pesquisas subestimem o total de pessoas efetivamente ocupadas nesse tipo de atividade e, por conseguinte, superestimem o total de inativos.

Tal discussão gira em torno, também, da exclusão das crianças com idade inferior aos 10 anos da PIA e, consequentemente, da PEA e da inatividade, na maior parte das pesquisas, excetuando-se a PNAD, que investiga a situação de trabalho das crianças de 5 a 9 anos. Essa opção metodológica de definir a PIA a partir das pessoas com 10 anos ou mais de idade desconsidera o fato de que muitas crianças que participam do mercado de trabalho no país possuem idade menor que 10 anos. Assim, essa mazela social, que é fruto das desigualdades gerais e históricas do país e que representa um arranjo familiar de sobrevivência e de composição da renda da família, não é bem refletida pela maioria das pesquisas e acaba tendo desdobramentos na captação da inatividade.

Caracterização da inatividade na Bahia

A PNAD foi escolhida para compor um perfil dos inativos na Bahia por ser a única fonte, além do Censo, que permite desagregar espacialmente os dados em unidades da federação. Ademais, é uma pesquisa realizada anualmente, exceto nos anos censitários, constituindo-se na opção mais atual de dados e que, particularmen-

³ Quando as pessoas se encontram na situação de desocupação ou desemprego são consideradas pelas pesquisas como parte integrante do mercado de trabalho, pois apesar de não estarem exercendo nenhuma atividade, pressionam a oferta de trabalho em busca de alguma ocupação.

⁴ A PME considera como ocupadas todas as pessoas que trabalham, sendo remuneradas ou não, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, enquanto que a PNAD não especifica tanto assim a ocupação quanto ao período mínimo de trabalho. Referente ao desemprego, a PME considera as pessoas nessa situação quando elas estão sem trabalho na semana de referência e tomam alguma providência efetiva para encontrar trabalho no período de 30 dias; já a PNAD, por sua vez, classifica como desocupados as pessoas que estão sem trabalho e tomaram de fato uma providência para encontrar outro em um período menor de referência, o da semana. Assim, há uma maior sensibilidade na investigação da PME para classificar as pessoas como ocupadas ou desocupadas. Entretanto, a comparação desses quantitativos não é usual, uma vez que a PME é mensal e a PNAD, anual. É mais comum comparar as mensurações da PME e PED, uma vez que ambas são pesquisas mensais e aplicadas em apenas algumas regiões metropolitanas.

⁵ Entende-se como ocasionais ou excepcionais todas aquelas atividades descontinuadas e irregulares, que não decorrem de uma procura por trabalho.

te, no que se refere ao mercado de trabalho, possui um considerável grau de detalhamento das informações.

Segundo a Tabela 1, nota-se que os inativos, no ano de 2004, representam 37,3% do total da população com 10 anos ou mais de idade.

Tabela 1
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a condição de atividade na semana de referência Bahia, 2004

Condição de atividade na semana de referência	Total
População em idade ativa (em mil)	11.091
População economicamente ativa (%)	62,7
Inativos (%)	37,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Conforme se observa na Tabela 2, a taxa de inatividade do espaço urbano (39,7%) é superior à do rural (32,1%), devido a maior proporção de inativos urbanos em relação ao total da PIA residentes nesse espaço. Aliado a isso, ainda nessa tabela se percebe que há uma maior concentração dos inativos no espaço urbano do estado (72,8%). Essa característica acompanha o comportamento da população em idade ativa, que majoritariamente na Bahia reside no espaço urbano.

Tabela 2
Taxa de inatividade e distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade de não economicamente ativos na semana de referência, segundo a situação do domicílio Bahia, 2004

Situação do domicílio	Total
Taxa de inatividade total (em %)	37,3
Urbano (%)	39,7
Rural (%)	32,1
Total de inativos (em mil)	4.134
Urbano (%)	72,8
Rural (%)	27,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE. Elaboração própria.

O fato da taxa de inatividade rural ser mais baixa pode estar sendo influenciado também pela menor inatividade na área rural (27,2%), assim como por outros

fatores, dentre os quais pode-se citar: a migração das pessoas em idade economicamente ativa para a capital e outros municípios de maior porte do estado, que oferecem mais opções de inserção ocupacional, bem como o fluxo de migrantes para outros estados brasileiros, principalmente para a região Sudeste. Esse fato implica uma redução da PIA residente no meio rural e conseqüentemente dos inativos daquele espaço.

Ademais, as pessoas que residem nas áreas rurais baianas estão ocupadas, sobretudo, em atividades não-remuneradas, no auto-consumo ou na auto-produção, em ocupações por conta-própria e sem carteira de trabalho assinada, o que faz com que este espaço seja o mais expressivo do estado nas posições ocupacionais tidas como as mais precárias e diretamente vinculadas à subsistência das famílias, absorvendo grandes contingentes da população que ali reside.

Dentre os inativos, 33,5% são homens e 66,5% são mulheres e essa predominância feminina também se apresenta nos espaços urbano (65,8%) e rural (68,2%), conforme a Tabela 3. Tal distribuição dos inativos tem uma relação inversamente proporcional com a distribuição dos ocupados por sexo. Assim sendo, a maior parte da PEA ocupada é masculina, ficando as mulheres especialmente representadas entre os inativos.

Essa situação de maior inatividade feminina deve estar relacionada com a classificação que a PNAD faz dos afazeres domésticos no próprio lar, ao considerar que esses tipos de atividades estão ligados à inatividade e não à ocupação. Caso fossem contabilizados como uma posição ocupacional, certamente a proporção de mulheres inativas seria substancialmente alterada, visto que ainda é grande o número de mulheres que se ocupam como donas de casa.

Ademais, o fato da inatividade ser mais significativa entre as mulheres está relacionado a questões sociológicas e antropológicas, que explicam, por exemplo, o afastamento ou retirada, que pode ser temporária ou permanente, do mercado de trabalho para cuidar da criação dos filhos.

Ao se analisar a taxa de inatividade, por situação do domicílio, segundo os grupos de idade⁶, na Tabela 4,

⁶ As faixas de idade foram agrupadas considerando como crianças as pessoas de 10 a 14 anos; como adolescentes as de 15 a 17 anos; como jovens as de 18 a 24 anos; no auge da idade ativa as de 25 a 39 anos; de meia-idade as de 40 a 59 anos e idosas as de 60 anos ou mais.

Tabela 3
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, não economicamente ativas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio
Bahia, 2004

Situação do domicílio	Total (em mil)	Sexo (em %)	
		Homens	Mulheres
Total	4.134	33,5	66,5
Urbano	3.008	34,2	65,8
Rural	1.126	31,8	68,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/ IBGE. Elaboração própria.

tem-se que as mais significativas são as registradas pelas crianças e pelos idosos, de 83,5% e de 64,4%, respectivamente⁷. A menor taxa de inatividade pertence às pessoas no auge da idade ativa (17,1%), e esse resultado está totalmente relacionado à forte presença no mercado de trabalho desse grupo etário.

No espaço urbano, as taxas de inatividade mais expressivas são as das pessoas de meia-idade (77,8%) e no auge da idade ativa (73,7%), embora a distribuição etária dos inativos urbanos, obtida a partir dos dados da PNAD 2004, revele que os seus grupos mais representativos sejam as crianças, com 26,8%, e os idosos, com 20,1%. Vale ainda ressaltar que a menor taxa de inatividade urbana é a das crianças (69,2%).

Por outro lado, no rural, as mais elevadas taxas de inatividade são das crianças (30,8%) e dos jovens (27,8%), sendo que a menor encontrada é a das pessoas de meia-idade (22,2%), justamente o grupo cuja taxa era a mais representativa no urbano.

Com relação ao grau de instrução dos inativos, na Tabela 5, percebe-se que grande parte deles têm níveis de escolaridade muito baixos, sendo que 34,4%

possuem de 4 a 7 anos de estudo, correspondendo ao ensino fundamental incompleto. Ao considerar os inativos que não possuem instrução alguma e aqueles que possuem os menores níveis de escolaridade (1 a 7 anos), tem-se que estes representam 79,9% do total do estado. Tal comportamento de forte presença de inativos pouco escolarizados ou sem instrução alguma também é observável em ambos os sexos, sendo maior a proporção de inativos do sexo feminino sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (22,9%).

Chama a atenção também a baixa representatividade dos graus de instrução mais elevados entre os inativos baianos, sendo que apenas 8,7% deles possuem o nível de escolaridade de 11 a 14 anos, o que equivale ao último ano do ensino médio mais o ensino superior.

⁷ A distribuição etária dos inativos não revela similaridade com a composição da estrutura etária do total da população em idade ativa, pois enquanto seus grupos majoritários são as crianças e os idosos, na PIA predominam as pessoas no auge da idade ativa e as pessoas de meia-idade, que juntas representam 51,9% do total. A preponderância de crianças e idosos como principais grupos etários que compõem os inativos é mantida nos espaços urbano e rural, sendo que em ambos as crianças inativas são mais expressivas.

Tabela 4 – Taxa de inatividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, não economicamente ativas na semana de referência, por situação do domicílio, segundo os grupos de idade
Bahia, 2004

%

Grupos de idade	Total	Situação do domicílio	
		Urbano	Rural
Total*	37,3	72,8	27,2
10 a 14 anos	83,5	69,2	30,8
15 a 17 anos	56,6	73,4	26,6
18 e 24 anos	27,1	72,2	27,8
25 a 39 anos	17,1	73,7	26,3
40 a 59 anos	23,6	77,8	22,2
60 anos ou mais	64,4	73,5	26,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/ IBGE. Elaboração própria.

* O total geral e os totais da situação domiciliar incluem as pessoas com idade ignorada.

Tabela 5
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, não economicamente ativas na semana de referência, por sexo, segundo o grau de instrução
Bahia, 2004

Grau de instrução	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Total (em mil)	4.134	1.387	2.747
Sem instrução e menos de 1 ano (%)	21,8	19,7	22,9
1 a 3 anos (%)	22,3	27,3	19,7
4 a 7 anos (%)	34,4	36,0	33,6
8 a 10 anos (%)	11,9	10,3	12,7
11 a 14 anos (%)	8,7	5,8	10,2
15 anos ou mais (%)	0,8	0,7	0,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/ IBGE. Elaboração própria.

* O total geral e os totais da situação domiciliar incluem as pessoas com idade ignorada.

Ao comparar as informações de grau de instrução dos inativos, na tabela acima, com as do total da PIA, na Tabela 6, percebe-se que: é maior a proporção de inativos sem nenhuma instrução ou com os menores níveis de escolaridade e é inferior o percentual dos inativos mais instruídos. Tal situação pode ser explicada pelo grau mais elevado de estudo formal exigido pelos contratantes para os indivíduos da PIA que participam do mercado de trabalho na condição de ocupados, que estão tentando conseguir seu primeiro emprego ou reinserir-se nele.

ção da economia, a inatividade tende a se reduzir pela maior oferta de postos de trabalho e maiores condições de inserção ocupacional, concomitantemente à redução do desalento⁸. Por outro lado, em

⁸ A palavra desalento significa desânimo, falta de entusiasmo, de coragem e de inspiração e é utilizada como um conceito, criado pela PED, para caracterizar um dos seus tipos de desemprego, o oculto pelo desalento. Além deste, essa pesquisa também investiga o desemprego aberto e outra forma de desemprego oculto, pelo trabalho precário.

Tabela 6
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo o grau de instrução
Bahia, 2004

Grau de instrução	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Total (em mil)	11.091	5.462	5.628
Sem instrução e menos de 1 ano (%)	20,3	21,2	19,4
1 a 3 anos (%)	19,0	21,5	16,5
4 a 7 anos (%)	29,1	29,2	29,0
8 a 10 anos (%)	13,2	12,9	13,6
11 a 14 anos (%)	16,3	13,4	19,1
15 anos ou mais (%)	2,0	1,8	2,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/ IBGE. Elaboração própria.

* O total geral e os totais do sexo incluem as pessoas com idade ignorada.

Conclusões

A inatividade representa uma forte válvula de escape do mercado de trabalho, podendo ter a sua dinâmica condicionada pelo contexto macroeconômico. Em situações de crescimento e recupera-

períodos de recessão, a inatividade tem uma maior probabilidade de ampliar-se devido às dificuldades impostas ao mercado de trabalho, quando as pessoas tendem a ficar por mais tempo no desemprego, buscando sem sucesso outra ocupação.

Na Bahia, os dados da PNAD revelaram que a inatividade, ainda que seja inferior à PEA na composição da PIA, é bastante elevada, correspondendo a quase 40% desse total. Essa alta proporção de inativos pode estar sendo, em alguma medida, influenciada pelo desânimo sentido pelas pessoas que pressionam o mercado de trabalho no sentido de se inserir como ocupadas, seja pela modalidade do primeiro emprego ou reemprego. Esse desalento tem sido cada vez maior nos centros urbanos e na Bahia esse sentimento tem ganhado espaço, posto que o mercado de trabalho local é caracterizado por uma alta participação de ocupações precárias e pelo crescimento intenso e acelerado do desemprego, fatores que potencializam as dificuldades de se conseguir um emprego.

No espaço rural, a significativa proporção de inativos também deve estar associada aos diversos tipos de arranjos produtivos e familiares em que as pessoas se envolvem e que incluem todas as atividades ligadas à subsistência, como os trabalhos não-remunerados, na produção para o próprio consumo e para o próprio uso. Tais ocupações revelam uma dinâmica totalmente particular a esse espaço, onde uma parte das ocupações estão submetidas aos ciclos sazonais das culturas agrícolas. Ademais, é preciso reconhecer que há uma dificuldade de mensuração da atividade agrícola pelas pesquisas, referente à inadequação dos ajustes entre as respostas das pessoas sobre as suas realidades e os conceitos de ocupação, desocupação e inatividade aplicados.

Vale ressaltar que existe a possibilidade de haver um aumento progressivo da inatividade nas pesquisas em função do envelhecimento da população brasileira, associado ao crescimento da expectativa de vida, o que no médio e longo prazo levará a um acréscimo dos aposentados.

Referências

IBGE. *Censo demográfico de 1991*: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 1996.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil*: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2004. 141 p.

PED. *Apresentação da base de dados*. Salvador: PED, dez 1999. p. 108.

PNAD 2003. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 out. 2003.

SANTANA, Marcelo. *Mudanças nas formas de inserção da população ocupada na década de 1990*. Salvador, p. 45-63, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 59). ■

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clique**

Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.

Eixo Metropolitano concentra cerca de 60 % dos investimentos previstos

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2005-2009, totalizaram um volume da ordem de R\$ 17,9 bilhões agregando 457 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

No que tange à localização, indicado pelos eixos de desenvolvimento, constata-se que o eixo Metropolitano concentra cerca de 60% dos investimentos e 53,8% dos projetos, representando num volume de aproximadamente R\$ 10,1 bilhões em 246 projetos. Os demais agregam investimentos na ordem de R\$ 7,7 bilhões alocados em 46% dos projetos, dentre esses se destaca o eixo Extremo Sul com 23 % dos investimentos (R\$ 4,1 bilhões).

No tocante à situação dos investimentos, verifica-se que 61,8% estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume de aproximadamente R\$ 11,0 bilhões em 371 projetos. Enquanto que 38 % estão alocados em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 6,8 bilhões em 86 projetos.

Analisando os investimentos quanto o complexo de atividade econômica verifica-se que 66,1% encontram-se nos complexos Madeireiro (28,6%), de Transformação Petroquímica (19,2%) e Químico-Petroquímico (18,2%), totalizando aproximadamente de R\$ 11,8 bilhões alocados em 188 projetos. Os demais complexos agregam cerca de R\$ 6,1 bilhões distribuídos em 269 projetos, particularmente no complexo de Atividade mineral e beneficiamento com participação de 11,8% dos investimentos e 4,8% dos projetos.

Em relação ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem cerca de 69.111 postos de trabalho, com os eixos Metropolitano (43,1%) e Grande Recôncavo (21,1%) respondendo por aproximadamente 64% dos empregos, ou 44.350 postos de trabalho. Os demais são responsáveis por cerca de 36% dos empregos, destacando-se o eixo Planalto Sudoeste respondendo por 8,5 % em 5.853 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2005, encontra-se a Gequímica, a Seifun, a Bahia Pet Reciclagem, a TDI Máquinas Agrícolas e a Recipack.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2005 - 2009

Complexo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Agroalimentar	1.287.862	71
Atividade mineral e beneficiamento	2.103.739	22
Calçados/Têxtil/Confecções	1.691.858	51
Complexo madeireiro	5.112.758	12
Eletroeletrônico	179.384	61
Metal-mecânico	616.437	52
Químico-petroquímico	3.251.031	91
Reciclagem	2.156	2
Transformação petroquímica	3.434.518	85
Outros	177.793	10
Total	17.857.536	457

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/11/05.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento
2005 - 2009

Eixo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Baixo Médio São Francisco	102.725	9
Centro Leste do São Francisco	22.193	2
Chapada Norte	180.608	9
Chapada Sul	16.730	6
Extremo Sul	4.100.096	14
Grande Recôncavo	1.510.534	66
Mata Atlântica	395.357	51
Médio São Francisco	2.300	1
Metropolitano	10.138.161	246
Nordeste	131.951	8
Oeste do São Francisco	300.048	7
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	183.928	28
A Definir	480.801	9
Total	17.857.536	457

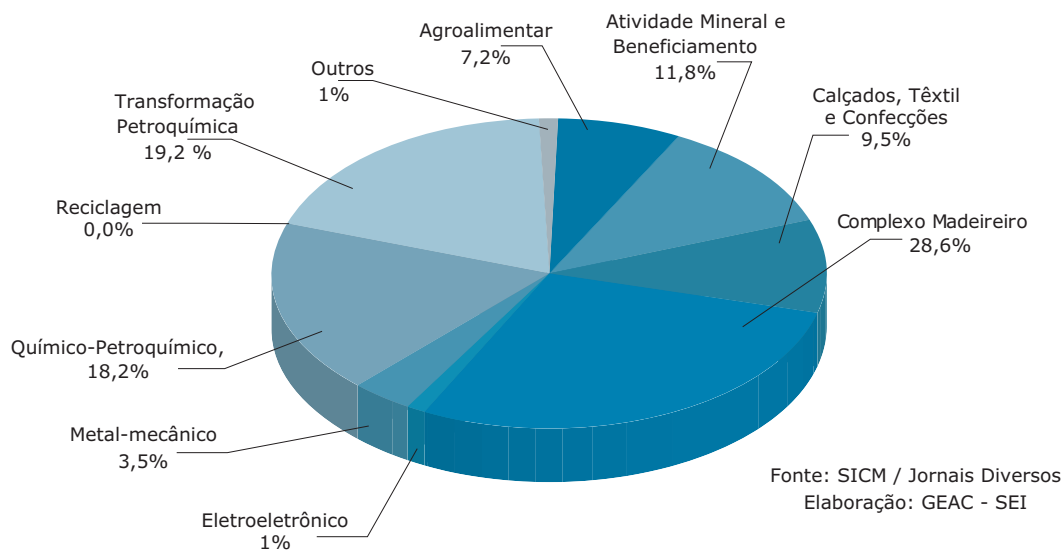
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/11/05.

Investimentos previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por complexo de atividade

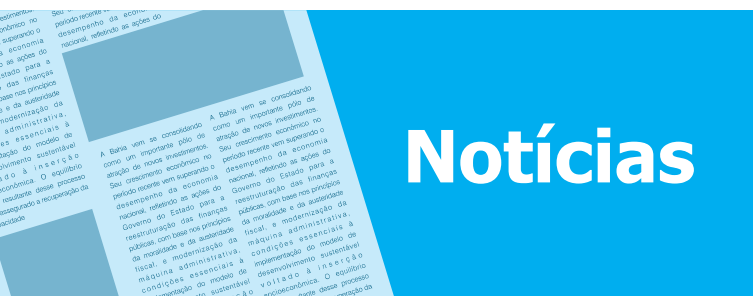


Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.



Notícias

Negócios

Lenoxx inaugura fábrica na Bahia

A Bahia foi o lugar escolhido para a instalação da primeira fábrica da empresa norte-americana Lenoxx Sound no Brasil. Hoje, a Lenoxx inaugura, às 11 horas, uma unidade de montagem de aparelhos de áudio e vídeo no município de Lauro de Freitas. Utilizando 100% de mão-de-obra local, a empresa investiu R\$ 20 milhões na nova unidade e já gerou cerca de 140 empregos diretos.

Instalada em uma área de 5 mil m², a fábrica terá sua produção voltada para o mercado nacional. Serão produzidos itens como som automotivo, DVDs, home system, home theater, televisores portáteis e sons portáteis – discman, walkman, MP3 – a partir de componentes eletrônicos importados de países como China e Coréia. As atividades começaram no início deste ano, centradas na capacitação dos trabalhadores, que receberam treinamento nas áreas de linha de montagem, controle de qualidade e assistência técnica.

Ao anunciar a inauguração da primeira fábrica brasileira da Lenoxx Sound, a diretoria nacional destacou a expectativa de 50% de crescimento, em 2006, sobre o faturamento de 2005, que foi de R\$ 200 milhões. A empresa está há 11 anos no Brasil, com a distribuição de seus produtos nas maiores redes de lojas, uma distribuição que deve crescer ainda mais com a colocação no mercado dos produtos montados na Bahia.

Já no início do próximo ano, a área construída também deverá aumentar, passando a 10 mil m², absorvendo mais R\$ 12 milhões. Com isso, os investimentos totais deverão ser concluídos. Há 20 anos no mercado norte-americano, com distribuição nas principais redes de varejo do mundo, a empresa tem seus produtos distribuídos no mercado brasileiro há 11 anos.

Além da localização estratégica, com acesso para todas as regiões do País, os incentivos fiscais oferecidos pelo governo do Estado pesaram na decisão pela instalação da unidade de montagem dos eletroeletrônicos na Bahia.

Lenoxx inaugura fábrica na Bahia. A Tarde, 24/11/2005.

Avipal inaugura unidade de embutidos

A fábrica da Avipal Nordeste, no município baiano de São Gonçalo dos Campos, comemorou três anos no estado iniciando a produção de salsichas e mortadelas na nova unidade de embutidos, onde o grupo gaúcho investiu R\$8,3 milhões. Até o final do ano, segundo estimativa do diretor da Divisão de Carnes do grupo, Fernando Becker, a produção da unidade deverá chegar a 1.100 toneladas mês, passando para 1.500 toneladas no próximo ano, sendo metade de cada produto.

Como o foco da Avipal Nordeste é abastecer o mercado interno, sobretudo os estados nordestinos, as exportações são pequenas. Recentemente, a fábrica, que produz por mês seis mil toneladas de frango, exportou para o Oriente Médio cerca de 300 toneladas, mas o volume não deverá ser ampliado. “Devemos manter entre 200 e 300 toneladas por mês, o que é muito pouco, apenas como um exercício do processo de exportação, mas o foco continuará sendo o mercado interno”, garantiu Fernando Becker. A Avipal, que possui ainda unidades industriais em Lajeado e Porto Alegre (RS), e Dourados (MS), tem uma produção média de 26 mil toneladas por mês.

Para funcionamento da unidade de embutidos, a Avipal Nordeste contratou mais 180 funcionários, passando o número de empregos diretos para 1.280. O Nordeste, segundo Becker, representa aproximadamente 15% dos negócios da empresa gaúcha, fundada em 1959, que emprega 8.100 funcionários. Além do segmento de carnes (aves e suínos), a Avipal é líder na produção de leite longa vida nas Américas, processando cerca de um bilhão de litros por ano. A empresa exporta para o Oriente Médio, Rússia, América Central, Europa, Japão e países da África.

Avipal inaugura unidade de embutidos. Correio da Bahia, 24/11/2005.

Grupo João Carlos Paes Mendonça investe na Bahia

As obras de implantação do Salvador Shopping, empreendimento que será um dos mais modernos do país, estão pautando as comemorações em torno dos 70 anos do Grupo João Carlos Paes Mendonça (JCPM), além de caracterizar o retorno dos investimentos da organização para o estado.

Com um investimento de R\$ 250 milhões, o novo empreendimento, localizado na Avenida Tancredo Neves, contará com 217 lojas satélites, oito unidades âncoras e um espaço gourmet com quatro restaurantes e mais 30 estabelecimentos de alimentação. Em instalação com 153 mil metros quadrados de área construída, o shopping terá três pisos, com andares integrados, além de mais dois níveis para estacionamento coberto, com 4.080 vagas.

Segundo informações do grupo, estão sendo investidos ainda cerca de R\$ 20 milhões em obras no sistema viário da região localizada em torno da área do projeto, visando melhorar o tráfego de veículos e facilitar o acesso ao local. Durante a primeira etapa de funcionamento do shopping, cuja inauguração está prevista para abril de 2007, serão gerados mais de quatro mil empregos diretos, sendo que no período de obras serão criados 2,1 mil novos postos de trabalho. A área programada para o empreendimento contará também com um andar destinado às atividades de lazer, com dez cinemas e espaços para eventos.

Com uma histórica atuação no varejo, onde foi proprietário da rede de supermercados Bompreço, o empresário João Carlos vem consolidando os negócios da organização em outros segmentos, como o mercado imobiliário e o de comunicação, além do ramo de shopping centers. Nos projetos com a participação do grupo, são gerados hoje cerca de 20 mil empregos diretos. Entre as ações em execução, destaque também para a implantação de um moderno Trade Center em Recife, um investimento de R\$ 60 milhões.

Grupo João Carlos Paes Mendonça investe na Bahia. Correio da Bahia, 29/11/2005.

Indicadores

Turismo aumenta receita e emprego

Segundo dados da Bahiatursa, no ano passado a Bahia recebeu mais de 4,7 milhões de pessoas, den-

tre elas 660 mil turistas estrangeiros. Todos juntos (brasileiros e estrangeiros), proporcionaram uma receita de quase U\$ 1 bilhão na Bahia. Salvador, capital e carro chefe do turismo no Estado responde por quase 2,3 milhões de visitantes e a receita é superior a U\$ 550 milhões. A entidade acredita que até o final deste ano haja um incremento de 6% no fluxo de turistas e 8% na receita.

Entre as novidades que começam a atrair bons fluidos está a Costa dos Coqueiros. Informações da Bahiatursa apontam que o local está recebendo mega empreendimentos. Quase meio bilhão de euros serão gerados e Praia do Forte é vista como principal destino. O turismo baiano gera mais de 600 mil empregos diretos e indiretos. Mas não são apenas os mega empreendimentos os responsáveis por garantir o fluxo de turistas na região.

Segundo a Bahiatursa, há nove zonas turísticas na Bahia e mais duas estão sendo criadas. São elas: Baía de Todos os Santos, que inclui Salvador, Itaparica e Recôncavo, Costa dos Coqueiros (inserido litoral Norte), Costa do Dendê (integra Camamu), Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Chapada Diamantina, Caminhos do Oeste, Lagos do São Francisco, Vale do Jequiçá e Caminhos do Sertão. “O verão corresponde a um terço do fluxo de turistas na Bahia. O trabalho desenvolvido pela Bahiatursa assegura melhoria na qualidade do serviço e na segmentação. É possível atender o turista que gosta de ecoturismo, o que prefere esportes náuticos, enfim, não restringimos e expandimos o leque, ou seja, na Bahia não há baixa estação”, observa a entidade através da assessoria.

Turismo aumenta receita e emprego. Tribuna da Bahia, 1/11/2005.

CrediBahia cresce 56% em apenas seis meses

O CrediBahia, programa estadual de microcrédito, vem crescendo rapidamente, segundo revela um levantamento realizado de abril a outubro deste ano junto às dez entidades de microcrédito que atuam no estado. Coordenado pela Gerência de Microfinanças da Desenvolvida, responsável pela operação financeira do programa, o levantamento mostra que no período analisado essas instituições ampliaram suas aplicações em 12%, na média, enquanto o CrediBahia aumentou em 56%. A diferença também é grande na comparação entre o número de contratos, com o total das entidades

apresentando crescimento de 13%, ante 47% do programa baiano.

O CrediBahia é hoje o segundo colocado no ranking dos programas de microcrédito em operação no estado, mas ainda aparece bem abaixo do primeiro colocado, o CrediAmigo, do Banco do Nordeste. De abril a outubro, o CrediAmigo cresceu 10% no montante de recursos emprestados e 12% em número de contratos, correspondendo a aplicações de cerca de R\$ 18,2 milhões e a 23 mil contratos, no fim do período.

Já o CrediBahia, que tem pouco menos de três anos e meio de funcionamento, contabilizava em outubro R\$ 2,5 milhões investidos em sua carteira ativa e 3.100 contratos. As outras entidades de microcrédito pesquisadas são o Ceape, Moradia e Cidadania, ICC Conquista Solidária, Banco da Mulher, CEADe, Visão Mundial, ICC Itabuna Solidária e BanMulher.

CrediBahia cresce 56% em apenas seis meses. Jornal da Mídia (SICM), 22/11/2005.

Bahia passa a ocupar segunda posição no ranking do avestruz

Com a falência da Avestruz Master, empresa de porte nacional com sede em Goiás, que reunia o maior plantel do país, a Bahia passou a ocupar o segundo lugar no ranking da produção de avestruz, segundo o presidente da Associação Baiana de Criadores de Avestruz, Edvaldo Santos. A produção estadual, que representa 18% da nacional, foi ressaltada também pelo presidente da Associação dos Criadores de Avestruzes do Brasil (Acab), Adair Ribeiro Júnior, durante a solenidade de abertura do Americavestruz 2005, evento que reuniu centenas de criadores de todo o país no Pestana Bahia Hotel. “O clima do estado é extremamente favorável e estamos muito otimistas”, frisou.

O evento, que congrega o VI Congresso Brasileiro de Estrutociultura, o I Congresso Internacional de Estrutociultura e a VI ExpoAvestruz, acontece num momento em que os criadores ainda estão abalados com a surpreendente falência da Avestruz Master, tema abordado a todo instante, sobretudo nas conversas com a imprensa e entre criadores. Revelando-se ainda surpreso com o fato, Adair Ribeiro disse que até o momento a entidade não foi oficialmente comunicada sobre a falência. “O que sabemos foi através da mídia, que eles estavam em busca de

rendimentos altos. Mas é preciso ficar claro que pecuária é pecuária e aplicação na bolsa é aplicação na bolsa, não podemos confundir”, argumentou, garantindo que a confiança dos criadores na atividade não foi afetada.

Durante o Americavestruz os criadores comemoraram dez anos da atividade no país, quando o plantel pulou dos primeiros 12 filhotes importados da África para as 335.425 aves catalogadas pelo Anuário da Estrutociultura Brasileira 2005/2006, lançado no evento. O número de criadores passa dos 2.500 e a meta para 2006 é alcançar 500 mil aves.

Mesmo com pouco tempo de atividade, o Brasil, segundo Adair Ribeiro Júnior, já conquista espaço importante no cenário internacional, o que é da maior importância para o segmento que tem como foco justamente o mercado externo, que movimenta cerca de R\$ 1 bilhão por ano. “É um mercado já pronto. No Brasil o mercado é formado apenas por alguns restaurantes e supermercados”, explica, frisando que a tendência é o quilo da carne de avestruz, que hoje varia de R\$ 40 a R\$ 80, a depender da região, passar a concorrer com carnes nobres como picanhas especiais, com preço na faixa de mais de R\$ 30 o quilo. É um produto de alto valor agregado, que dificilmente chegará a ser popular no Brasil, mas com grande potencial para exportação tanto da carne quanto do couro e da pluma.

Bahia passa a ocupar segunda posição no ranking do avestruz. Correio da Bahia, 25/11/2005.

Ação governamental

Centro Industrial de Aratu atrai 20 novas empresas

Cerca de 20 novas empresas estão sendo instaladas no município de Simões Filho. Esse conjunto de empreendimentos, segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico (Sedec), Bartolomeu Mota Oliveira, representará investimentos da ordem de R\$100 milhões, devendo gerar aproximadamente 1.500 empregos. Entre as novas empresas estão a 3R Estofados, que produzirá duas mil unidades de conjuntos estofados por mês, e a Armamacx, de argamassa.

Ao longo de 2005 foram instaladas 260 novas empresas, aumentando o segmento empresarial do muni-

cípio para 2.531 organizações. A atração de novas indústrias, num trabalho em sintonia com o governo estadual, leva em conta os programas de incentivos estadual e municipal. O processo de revitalização do CIA já conseguiu reocupar 50% das áreas que estavam desativadas. Chegou a ter cerca de 200 empresas funcionando, mas nas duas últimas décadas enfrentou uma forte crise que resultou no fechamento de muitas fábricas. Atualmente, tem perto de 170 empresas operando ou em fase de instalação.

O Foco de atuação da Sedec, segundo o secretário Bartolomeu Oliveira, é a qualificação e capacitação dos empreendedores, para que possam ter acesso a créditos para aquisição de máquinas e equipamentos, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Centro Industrial de Aratu atrai 20 novas empresas. Correio da Bahia, 16/11/2005.

Jequié recebe novos investimentos

O Distrito Industrial de Jequié, já consolidado, continua recebendo novos investimentos. Recentemente, o governo estadual autorizou a aplicação de R\$ 110 milhões em obras de infra-estrutura no município, para viabilizar a atração de novos empreendimentos. Três empresas, inclusive, já estão investindo na área: a Calçados Ramarim, R\$ 7 milhões para ampliação da fábrica; a tecelagem Branyl, R\$ 25 milhões em duas etapas de implantação; e o grupo italiano Chateau D'ax, que aplicará R\$ 70 milhões em três unidades, sendo uma fábrica de sofá da marca Sofamix, um frigorífico (Frigomix) e um curtume (Bepex). A expectativa é que, juntos, os projetos gerem 1,8 mil empregos na região.

Para a instalação do galpão industrial da Sofamix, onde o grupo italiano investirá inicialmente R\$15 milhões, o governo estadual cedeu um terreno de 20 mil metros quadrados. A construção deverá ser iniciada nos primeiros meses de 2006 e a previsão do diretor Murilo Xavier, presente ao ato de assinatura da parceria com o secretário da Indústria, Comércio e Mineração, José Luiz Pérez Garrido, é que a fábrica gere cerca de 400 empregos diretos.

A Calçados Ramarim está ampliando a fábrica de Jequié, uma das primeiras a se incorporar ao pólo calçadista baiano. A empresa, representada no município pelo empresário Marcos Mueller, ocupará uma

área de 9.350 metros quadrados, sendo 3,5 mil de área construída, devendo passar de 1,1 mil funcionários para 1,9 mil. Atualmente, a Ramarim emprega três mil trabalhadores nas duas fábricas do Rio Grande do Sul e na unidade baiana, com uma produção diária de 30 mil pares de calçados - 20% destinados à exportação, sobretudo para os Estados Unidos e países da América Latina e do Oriente Médio.

Já o projeto da tecelagem paulista Branyl prevê duas etapas: a primeira, estimada em R\$ 9,5 milhões, com geração de 300 empregos diretos para fabricação de tecidos, cortinas e malharias; a segunda, calculada em R\$ 15,5 milhões, devendo gerar mais 300 postos de trabalho para a fabricação de tecidos planos para decoração e para abastecer as indústrias dos pólos calçadista e moveleiro. Ao assinar a autorização para as obras de infra-estrutura, em nome do governador Paulo Souto, o secretário frisou que os projetos não promoverão nenhum impacto negativo ao meio ambiente.

Jequié recebe novos investimentos. Correio da Bahia, 22/11/2005.

Portos baianos terão R\$ 73 mi em investimentos

Os portos de Salvador, Aratu e Ilhéus devem receber investimentos de mais de R\$ 73 milhões nos próximos meses, entre recursos próprios e da União, para obras de dragagem, contenção de cais, construção de restaurante e implementação das normas internacionais de segurança. O Porto de Aratu vai atrair também investimentos privados, da ordem de R\$ 60 milhões, com a construção de um terminal de grãos, pela Bunge, ampliação do terminal de granéis líquidos, pela Tequimar, e instalação de guindastes no terminal de granéis sólidos, pela Caboto. Para o Porto de Salvador também está previsto um novo terminal de containeres, que deve consumir investimentos de mais de R\$ 150 milhões. O edital de licitação está previsto para ser lançado em abril de 2006.

Os investimentos foram anunciados ontem, pelo presidente da Companhia Docas do Estado da Bahia – Codeba (gerenciadora das três unidades portuárias), Geraldo Simões, durante o 1º Encontro de Usuários dos Portos de Salvador e Aratu, na Associação Comercial da Bahia. O evento, que reuniu representantes de empresas de logística, transpor-

te e comércio exterior, visava justamente discutir os problemas enfrentados nos portos e a necessidade de novos investimentos. “Nossa preocupação é eliminar os gargalos e aumentar a competitividade das empresas exportadoras”, disse o diretor executivo da Associação de Usuários dos Terminais Portuários de Salvador (Usuport), Paulo Villa.

O esgotamento da capacidade operacional dos terminais dos Portos de Salvador e Aratu e o monopólio da prestação de serviços por um único terminal na Bahia foram os principais entraves apontados pelos empresários para o desenvolvimento dos negócios.

Portos baianos terão R\$ 73 mi em investimentos. Correio da Bahia, 24/11/2005.



União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.576, de 8 de novembro de 2005

– Promulga a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel Destinada a Evitar a Dupla Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrada em Brasília, em 12 de dezembro de 2002.

Decreto nº 9.588, de 11 de novembro de 2005

– Dispõe sobre a execução do Quadragésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de complementação Econômica nº 18, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, de 24 de junho de 2005.

Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005

– Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, a Secretária da Receita Previdenciária, inclusive em relação à dívida ativa do

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, altera o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

Decreto nº 5.592, de 23 de novembro de 2005

– Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências.

Decreto nº 5.596, de 28 de novembro de 2005

– Dispõe sobre a execução do Quadragésimo quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, na condição de Estados Partes do MERCOSUL, e da República do Chile, de 26 de setembro de 2005.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 267, de 28 de novembro de 2005

– Altera dispositivos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação, e autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às exportações – PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX, e dá outras providências.

Secretaria da Receita Federal

Portarias

Portaria nº 6.087, de 21 de novembro de 2005

– Dispõe sobre o planejamento das atividades fiscais e estabelece normas para execução de procedimentos fiscais relativos aos tributos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal.

Portaria nº 6.088, de 22 de novembro de 2005

– Dispõe sobre intimações, autos de inflação, notificações, mandados de procedimento fiscal, formulários e programas geradores de declaração, correspon-

dências e demais documentos, referentes a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF), emitidos ou disponibilizados pela Receita Federal do Brasil (RFB), nos termos da Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005.

Instruções Normativas

Instrução Normativa nº 575, de 28 de novembro de 2005 – Dispõe sobre efeitos tributários nas operações realizadas em mercados de liquidação futura e sobre a tributação, a compensação de perdas e a apuração do prazo médio das carteiras dos fundos de investimentos.

Banco Central do Brasil

Circulares

Carta circular nº 3.298, de 1 de novembro de 2005 – Divulga o Regulamento da Custódia de Numerário do Banco Central do Brasil e dá outras providências.

Carta circular nº 3.215, de 14 de novembro de 2005 – Dispõe sobre a custódia dos títulos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Carta circular nº 3.299, de 18 de novembro de 2005 – Inclui no título 3 do Regulamento do Mercado de Câmbio de Capitais Internacionais capítulo sobre garantias prestadas por organismos internacionais.

Carta circular nº 3.300, de 22 de novembro de 2005 – Divulga a metodologia de apuração da taxa média de câmbio real/dólar divulgada pelo Banco Central do Brasil (PTAX).

Resoluções

Resolução 3.327, de 11 de novembro de 2005 – CONTIGENCIAMENTO DE CRÉDITO AO SETOR PÚBLICO – Altera a Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, e dá outras providências.

Resolução 3.328, de 24 de novembro de 2005 – Altera procedimentos para a apuração da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR) no último dia útil do ano.

Resolução 3.329, de 25 de novembro de 2005

– Dispõe sobre linha de crédito destinada ao financiamento das despesas de custeio de café da safra 2005/2006, ao amparo de recursos do Funcafé.

Resolução 3.330, de 25 de novembro de 2005

– Dispõe sobre o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modernaq), de que se trata a Resolução 3.227, de 2004.

Resolução 3.331, de 28 de novembro de 2005

– Altera a Resolução 2.827, de 30 de março de 2001, que consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público.

Estado

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.619, de 01 de novembro de 2005

– Institui o Modelo de Dados Corporativo da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

Decreto nº 9.680, de 29 de novembro de 2005

– Dispõe sobre o recolhimento do ICMS devido pelas operações realizadas por contribuintes varejistas no mês de dezembro de 2005.

Leis

Lei nº 9.829, de 28 de novembro de 2005 – Institui o Programa Estadual de Incentivos à Indústria de Construção Naval - PRONAVAL e dá outras providências.

Lei nº 9.830, de 30 de novembro de 2005

– Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, referentes aos sub-programas Sítios Históricos, Mercado Modelo - do Programa PROTURISMO - Programa de Empreendimentos Turísticos, Semi-Árido (Gado no Pasto) e Programa de Apoio a Projetos de Interesse Social - PAPIS (Lojistas), altera a Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000, e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 681, de 25 de novembro de 2005

– Disciplina a gestão do Programa de Apoio à Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – Promosefaz II, no âmbito da Secretaria da Fazenda.

Portaria nº 682, de 25 de novembro de 2005 – Altera para o exercício de 2005, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 688, de 30 de novembro de 2005 – Altera para o exercício de 2005, o Orçamento Analítico do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV, na forma que indica e dá outras providências.

Conheça a importância da **Tecnologia para o desenvolvimento no Estado**

Leia a revista **Bahia Análise & Dados “Ciência, tecnologia e inovação”**. Essa publicação versa sobre as implicações dos avanços e inovações tecnológicas no desenvolvimento da Bahia e do Brasil, evidenciando a importância do investimento na Ciência como forma de se alcançar o progresso social e econômico.

A revista também traz uma visão mais específica sobre o assunto, abordando casos locais de políticas de C&T, inclusão digital e questões ambientais.

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Nov/2005						
Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas %		Índice acumulado	
	Nov/04	Nov/05	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,79	0,75	3,31	4,14	346563,7	232,33
Habituação e encargos	0,70	1,42	19,38	20,20	690130,5	551,88
Artigos de residência	-0,08	-0,39	0,36	0,15	279352,8	233,48
Vestuário	0,08	0,98	3,87	4,81	314427,1	184,54
Transporte e comunicação	2,88	-0,15	8,29	9,62	608658,4	658,70
Saúde e cuidados pessoais	0,68	0,26	5,19	4,86	594432,8	316,70
Despesas pessoais	0,10	0,26	4,81	5,03	641508,1	367,84
Geral	0,85	0,49	5,67	6,34	455333,6	317,29

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Nov/2005					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações acumuladas %		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	138,44	3,78	5,43	7,38	49,97
Belém	172,27	9,32	13,13	10,44	62,18
Belo Horizonte	149,97	2,40	0,18	0,45	54,13
Brasília	173,00	4,99	2,53	5,55	62,44
Curitiba	172,59	4,87	10,70	9,14	62,30
Florianópolis	175,30	7,59	11,36	11,34	63,27
Fortaleza	130,31	0,30	4,47	4,52	47,03
Goiânia	144,91	3,31	-2,67	-1,68	52,30
João Pessoa	136,20	3,69	7,98	6,29	49,16
Natal	136,35	3,52	3,45	6,71	49,21
Porto Alegre	178,59	6,09	2,20	4,21	64,46
Recife	141,29	7,49	14,88	16,18	51,00
Rio de Janeiro	176,31	7,20	6,61	7,39	63,64
Salvador	134,59	8,20	6,95	8,85	48,58
São Paulo	184,67	5,66	7,24	7,96	66,66
Vitória	165,43	8,28	8,56	11,47	59,71

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2004/2005

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	117.989	119.132	1,0	24.576	24.970	1,6
Algodão herbáceo	704.163	820.187	16,5	3.453	3.187	-7,7
Alho	6.867	7.432	8,2	6.571	6.939	5,6
Amendoim	12.331	7.915	-35,8	1.680	1.251	-25,5
Arroz total	63.369	90.426	42,7	2.144	2.426	13,2
Arroz sequeiro	50.719	72.545	43,0	1.913	2.200	15,0
Arroz irrigado	12.650	17.881	41,4	4.161	4.168	0,2
Batata-inglesa	177.000	177.150	0,1	31.607	31.578	-0,1
Cana-de-açúcar	5.027.980	5.260.978	4,6	57.965	58.785	1,4
Cebola	131.464	121.881	-7,3	21.248	20.436	-3,8
Feijão total	330.734	469.231	41,9	474	687	45,0
Feijão 1ª safra	129.778	131.260	1,1	389	519	33,4
Sequeiro	82.129	70.006	-14,8	379	529	39,6
Irrigado	3.961	5.520	39,4	2.751	2.667	-3,1
Caupi	43.668	55.734	27,6	378	471	24,6
Feijão 2ª safra	200.956	337.971	68,2	542	775	43,0
Sequeiro	173.428	302.973	74,7	489	743	51,9
Irrigado	23.802	23.947	0,6	2.261	2.241	-0,9
Caupi	3.726	11.051	196,6	631	628	-0,5
Fumo	9.730	11.258	15,7	893	931	4,3
Mamona	114.125	138.436	21,3	773	735	-4,9
Mandioca	4.156.403	4.475.229	7,7	12.439	12.878	3,5
Milho total	1.610.560	1.518.535	-5,7	2.154	2.187	1,5
Milho 1ª safra	1.417.674	1.110.244	-21,7	3.131	3.100	-1,0
Sequeiro	1.317.574	1.059.283	-19,6	3.018	3.042	0,8
Irrigado	100.100	50.961	-49,1	6.145	5.176	-15,8
Milho 2ª safra	192.886	408.291	111,7	774	1.070	38,2
Sequeiro	191.690	406.959	112,3	770	1.067	38,6
Irrigado	1.196	1.332	11,4	3.147	3.149	0,1
Soja	2.364.480	2.401.200	1,6	2.880	2.760	-4
Sorgo granífero	109.649	100.251	-8,6	1.788	1.816	1,6
Tomate	192.216	178.939	-6,9	38.981	37.310	-4,3
Tomate de mesa	192.216	178.939	-6,9	38.981	37.310	-4,3
Tomate para indústria	nd	nd		nd	nd	-
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	844.739	867.392	2,7	14.056	13.841	-1,5
Cacau	134.780	140.085	3,9	253	252	-0,4
Café	129.598	140.661	8,5	876	957	9,2
Castanha-de-cajú	5.479	5.904	7,8	280	290	3,6
Coco-da-baía ⁴	689.712	719.342	4,3	8.948	8.846	-1,1
Dendê	171.044	nd	-	4.114	nd	-
Guaraná	2.350	1.875	-20,2	392	339	-13,5
Laranja ⁵	774.003	796.247	2,9	15.857	15.854	0,0
Mamão ⁵	723.239	678.828	-6,1	50.263	50.482	0,4
Maracujá ⁴	114.147	nd	-	12.920	nd	-
Pimenta-do-reino	3.074	3.173	3,2	2.493	2.506	0,5
Sisal	187.247	195.859	4,6	861	888	3,1
Uva	85.910	86.314	0,5	25.216	25.223	0,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), novembro/2005 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2004/2005

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.851	4.771	-1,6	4.801	4.771	-0,6	50	0
Algodão herbáceo	203.939	257.365	26,2	203.939	257.365	26,2	0	0
Alho	1.045	1.071	2,5	1.045	1.071	2,5	0	0
Amendoim	7.339	6.328	-13,8	7.339	6.328	-13,8	0	0
Arroz total	29.551	37.270	26,1	29.551	37.270	26,1	0	0
Arroz sequeiro	26.511	32.980	24,4	24.977	32.980	32,0	1.534	0
Arroz irrigado	3.040	4.290	41,1	3.040	4.290	41,1	0	0
Batata-inglesa	5.600	5.610	0,2	5.600	5.610	0,2	0	0
Cana-de-açúcar	86.967	95.620	9,9	86.742	95.620	10,2	225	0
Cebola	6.187	5.964	-3,6	6.187	5.964	-3,6	0	0
Feijão total	834.870	776.751	-7,0	704.331	688.573	-2,2	130.539	88.178
Feijão 1ª safra	429.856	340.619	-20,8	333.482	252.691	-24,2	96.374	87.928
Sequeiro	299.054	219.842	-26,5	216.482	132.412	-38,8	82.572	87.430
Irrigado	1.440	2.070	43,8	1.440	2.070	43,8	0	0
Caupi	129.362	118.707	-8,2	115.560	118.209	2,3	13.802	498
Feijão 2ª safra	405.014	436.132	7,7	370.849	435.882	17,5	34.165	250
Sequeiro	387.483	407.843	5,3	354.413	407.593	15,0	33.070	250
Irrigado	10.529	10.687	1,5	10.529	10.687	1,5	0	0
Caupi	7.082	17.602	148,5	5.907	17.602	198,0	1.175	0
Fumo	10.894	12.092	11,0	10.894	12.092	11,0	0	0
Mamona	149.623	188.406	25,9	147.698	188.406	27,6	1.925	0
Mandioca	345.220	360.772	4,5	334.132	347.507	4,0	11.088	13.265
Milho total	759.648	767.544	1,0	702.029	739.786	5,4	57.619	27.758
Milho 1ª safra	470.542	385.755	-18,0	452.808	358.115	-20,9	17.734	27.640
Sequeiro	454.252	375.910	-17,2	436.518	348.270	-20,2	17.734	27.640
Irrigado	16.290	9.845	-39,6	16.290	9.845	-39,6	0	0
Milho 2ª safra	289.106	381.789	32,1	249.221	381.671	53,1	39.885	118
Sequeiro	288.726	381.365	32,1	248.841	381.248	53,2	39.885	117
Irrigado	380	423	11,3	380	423	11,3	0	0
Soja	821.000	870.000	6,0	821.000	870.000	6,0	0	0
Sorgo granífero	61.475	55.215	-10,2	61.313	55.215	-9,9	162	0
Tomate	4.931	4.796	-2,7	4.931	4.796	-2,7	0	0
Tomate de mesa	4.931	4.796	-2,7	4.931	4.796	-2,7	0	0
Tomate para indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras permanentes								
Banana	61.148	62.669	2,5	60.100	62.669	4,3	1.048	0
Cacau	544.068	554.847	2,0	533.529	554.847	4,0	10.539	0
Café	148.253	146.929	-0,9	147.874	146.929	-0,6	379	0
Castanha-de-cajú	19.832	20.386	2,8	19.595	20.386	4,0	237	0
Coco-da-baía	79.303	81.319	2,5	77.080	81.319	5,5	2.223	0
Dendê	41.579	nd	-	41.579	nd	-	-	-
Guaraná	6.003	5.537	-7,8	5.993	5.537	-7,6	10	0
Laranja	49.023	50.224	2,4	48.810	50.224	2,9	213	0
Mamão	15.560	13.447	-13,6	14.389	13.447	-6,5	1.171	0
Maracujá	8.857	nd	-	8.835	nd	-	22	-
Pimenta-do-reino	1.250	1.266	1,3	1.233	1.266	2,7	17	0
Sisal	223.364	220.558	-1,3	217.464	220.558	1,4	5.900	0
Uva	3.407	3.422	0,4	3.407	3.422	0,4	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), novembro/2005 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Set/2005

Classes e gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	-3,8	4,0	4,1	6,7
Extrativa Mineral	-2,4	-8,2	-3,4	-2,7
Indústria de Transformação	-3,6	4,7	4,5	7,3
Alimentos e Bebidas	0,7	8,3	9,0	10,4
Celulose, papel e produtos de papel	14,3	10,9	8,0	0,0
Refino de petróleo e álcool	-0,2	19,1	6,4	20,1
Produtos químicos	-7,7	-9,4	1,1	1,3
Borracha e plástico	4,1	19,8	7,9	8,1
Minerais não metálicos	5,6	16,9	8,2	9,6
Metalurgia básica	7,9	10,6	-3,5	-4,6
Veículos automotores	nd	3,5	39,5	46,5

Fonte: IBGE. Elaboração: GEAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Set/2004 - Set/2005 %

Períodos	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Setembro 2004	2,6	4,0	8,7	4,1
Outubro	-0,1	7,4	8,5	4,8
Novembro	2,9	32,4	10,4	8,9
Dezembro	-0,8	12,7	10,6	10,6
Janeiro	-0,9	7,7	7,7	11,4
Fevereiro	0,2	4,5	6,1	10,8
Março	0,3	-0,4	3,8	9,6
Abril	2,9	6,1	4,4	9,7
Mai	-3,1	0,3	3,5	8,6
Junho	6,0	-1,8	2,5	6,6
Julho	-0,8	9,2	3,5	6,9
Agosto	1,9	11,4	4,5	7,3
Setembro 2005	-3,6	4,7	4,5	7,3

Fonte: IBGE. Elaboração: GEAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Set/2005				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	9,9	5,7	-5,7	-5,7
Residencial	2,6	8,1	6,8	6,4
Industrial ¹	-2,6	9,3	13,0	13,4
Comercial	4,4	8,3	8,1	7,4
Utilidades públicas ²	1,5	3,8	4,8	4,4
Setor público	5,9	8,4	6,0	4,5
Concessionária	5,2	12,1	4,2	1,3
Total	0,2	8,3	9,6	9,5

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: GEAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF, COPENE e MERCADO LIVRE

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Set/2005				
Classes e gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	-0,42	9,84	8,20	8,94
Combustíveis e Lubrificantes	-2,09	-6,20	-12,26	-8,39
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	0,03	3,67	8,85	8,63
Hipermercados e Supermercados	2,42	3,87	6,56	7,20
Tecidos, Vestuário e Calçados	1,06	16,09	18,30	14,87
Móveis e Eletrodomésticos	-1,16	61,55	46,68	48,38
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	13,64	10,51	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	6,12	-1,95	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	148,97	64,87	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	13,98	9,77	nd
Veículos, Motos e Peças	-10,19	0,88	9,42	12,17
Material de construção	nd	-10,11	-5,89	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 – Set/2003						%
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Out/2004 - Out/2005						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³
Outubro 2004	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3
Novembro	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7
Dezembro	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3
Janeiro	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,4
Fevereiro	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	6,8
Março	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	5,7
Abril	-12,5	-11,1	-7,3	-12,0	-8,7	4,8
Maio	12,4	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	4,3
Junho	-7,4	-7,9	-6,6	-5,6	-6,2	3,7
Julho	-2,7	-11,9	-7,3	-2,9	-11,4	2,9
Agosto	14,0	-2,7	-6,7	13,0	-3,5	2,5
Setembro	-8,5	-0,1	-6,1	-7,6	-5,8	2,1
Outubro 2005	0,8	-1,3	-5,6	1,1	-8,6	1,6

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Out/2005				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios	
Desemprego Total	23,3	22,4	27,4	
Desemprego aberto	14,1	13,1	18,2	
Desemprego oculto	9,3	9,3	9,3	
Participação (PEA/PIA)	61,4	61,7	60,5	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Out/2005					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2004	14,9	14,3	62,4	63,3	
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1	
Março	15,4	14,5	62,0	63,1	
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0	
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0	
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9	
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9	
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0	
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8	
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1	
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9	
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5	
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8	
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9	
Março	14,0	13,0	60,4	60,6	
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7	
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2	
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5	
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7	
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5	
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7	
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Out/2005**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339

Variação mensal

Out-05/Set-05	0,1	0,5	-1,2	0,5	-0,2	-1,3
----------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Variação no ano

Out-05/Dez-04	2,4	4,5	-3,8	2,0	0,2	-6,0
----------------------	------------	------------	-------------	------------	------------	-------------

Variação anual

Out-05/Out-04	1,9	4,3	-5,2	4,0	-0,8	-6,8
----------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Out/2005							
Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro 2005	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros: Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Out/2005										
%										
Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro 2005	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4

Fonte: PED RMS SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Set/2005

R\$

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados ¹			Assalariados ²		
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9
Março	702	361	84,3	803	446	84,1
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9
Janeiro 2005	686	370	79,6	790	456	80,0
Fevereiro	714	391	82,6	812	475	81,9
Março	743	392	85,6	843	480	84,7
Abril	719	381	82,5	820	453	82,0
Maio	716	376	81,2	816	451	80,7
Junho	699	384	79,3	804	454	79,5
Julho	707	399	80,2	819	480	80,9
Agosto 2005	716	400	81,1	830	500	81,9
Setembro	720	402	80,9	834	499	81,8

Variação mensal

Set-05/Ago-05	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1	-0,9	-0,1
----------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Variação no ano

Set-05/Dez-04	6,4	8,9	6,4	6,3	8,5	6,3
----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Variação anual

Set-05/Set-04	1,7	5,6	1,7	2,4	4,8	2,4
----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Setembro-2005.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 = 100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Set/2005****R\$**

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034
Novembro	260	299	386	688	2.021
Dezembro	239	317	406	701	2.032
Janeiro 2005	236	338	409	737	2.124
Fevereiro	253	346	434	752	2.110
Março	269	346	439	762	2.182
Abril	272	340	443	732	2.154
Maio	270	351	443	729	2.210
Junho	252	358	426	718	2.194
Julho	261	363	429	740	2.173
Agosto 2005	280	370	429	754	2.141
Setembro	278	361	429	760	2.097

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Setembro de 2005

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada
pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Set/2005**

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392
Novembro	628	848	515	620	711	380
Dezembro	634	821	498	639	715	373
Janeiro 2005	671	908	504	676	754	389
Fevereiro	683	910	508	689	764	396
Março	715	1041	541	689	797	421
Abril	693	992	525	662	775	421
Maio	690	970	537	665	775	427
Junho	662	857	535	655	742	409
Julho	666	874	564	649	746	407
Agosto 2005	673	923	547	652	748	414
Setembro	685	1011	545	650	762	423

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Setembro de 2005

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Set/2005

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembro	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembro	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522
Janeiro 2005	120	260	370	711	1.511	260	302	456	847	1.622
Fevereiro	131	260	391	799	1.516	260	303	475	900	1.700
Março	150	261	392	800	1.611	260	302	480	903	1.813
Abril	130	261	381	763	1.513	260	301	453	899	1.765
Maio	121	262	376	723	1.524	262	303	451	812	1.803
Junho	121	263	384	708	1.517	263	300	454	809	1.698
Julho	120	299	399	760	1.502	299	300	480	889	1.787
Agosto 2005	121	302	403	805	1.561	302	322	503	906	1.761
Setembro	120	300	402	800	1.600	300	332	499	907	1.800

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Setembro de 2005

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2004 - Out/2005					
Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	52.724	14.686	187	14.648	20.957
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782
2005	67.088	12.110	10.628	12.327	26.930
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Nov/04 - Out/05	63.399	10.815	9.804	15.096	29.416

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Out/2005

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	23.824	5.238	812	5.829	12.949
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111
2005	33.965	3.816	7.188	3.854	19.979
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Nov/04 - Out/05	37.563	4.013	6.939	5.166	22.510

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Set/2005							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Ago-Set 2005 (c)	% (c/b)	Jan a Set 2005 (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	514.206.446	514.206.446	81.888.472	15,9	374.690.270	72,9	139.516.176
Receita Tributária	147.418.884	147.418.884	22.187.284	15,1	111.104.086	75,4	36.314.798
Receita de Contribuições	318.753.568	318.753.568	49.965.032	15,7	221.555.454	69,5	97.198.114
Receita Patrimonial	13.799.462	13.799.462	2.635.199	19,1	10.930.855	79,2	2.868.607
Receita Agropecuária	19.349	19.349	3.477	18,0	14.646	75,7	4.703
Receita Industrial	676.011	676.011	91.691	13,6	363.477	53,8	312.534
Receita de Serviços	20.752.799	20.752.799	3.659.247	17,6	17.937.283	86,4	2.815.516
Transferências Correntes	475.127	475.127	15.658	3,3	84.036	17,7	391.091
Outras Receitas Correntes	12.311.246	12.311.246	3.330.884	27,1	12.700.433	103,2	(389.187)
Receitas de Capital	156.361.503	156.361.503	24.838.068	15,9	96.103.675	61,5	60.257.828
Operações de Crédito	100.804.832	100.804.832	16.843.084	16,7	63.372.641	62,9	37.432.191
Alienação de Bens	4.651.596	4.651.596	271.254	5,8	720.529	15,5	3.931.067
Amortizações de Empréstimos	27.675.693	27.675.693	2.566.206	9,3	13.498.054	48,8	14.177.639
Transferências de Capital	69.448	69.448	4.304	6,2	20.838	30,0	48.610
Outras Receitas de Capital	23.159.934	23.159.934	5.153.220	22,3	18.491.613	79,8	4.668.321
Subtotal das Receitas (I)	670.567.949	670.567.949	106.726.540	15,9	470.793.945	70,2	199.774.004
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	935.835.222	935.835.222	70.383.692	7,5	385.210.612	41,2	550.624.610
Operações de Crédito Internas	886.280.422	886.280.422	64.622.743	7,3	369.102.646	41,6	517.177.776
Operações de Crédito Externas	49.554.800	49.554.800	5.760.949	11,6	16.107.966	32,5	33.446.834
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	1.606.403.171	177.110.232	11,0	856.004.557	53,3	750.398.614
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (IIII+IV)	1.606.403.171	1.606.403.171	177.110.232	11,0	856.004.557	53,3	750.398.614
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	7.916.744	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União									R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Set/2005									
Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos Adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)=a+b	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (g/c)	Saldo a Liquidar (c-g)
				Ago-Set 2005 (d)	Jan-Set 2005 (e)	Ago-Set 2005 (f)	Jan-Set 2005 (g)		
Despesas Correntes	528.063.878	5.920.449	533.984.327	15.959.293	486.693.677	79.810.649	346.613.701	64,9	187.370.626
Pessoal e Enc. Sociais	98.109.568	650.119	98.759.687	5.245.513	81.045.349	14.216.954	65.820.658	66,6	32.939.029
Juros e Enc. da Dívida	110.834.622	(671)	110.833.951	67.437	109.712.170	14.663.493	60.823.592	54,9	50.010.359
Outras Desp. Correntes	319.119.688	5.271.001	324.390.689	10.646.343	295.936.158	50.930.202	219.969.451	67,8	104.421.238
Transf. a Estados, DF e Mun.	109.489.517	3.153.680	112.643.197	4.691.454	107.831.023	15.574.837	78.027.464	69,3	34.615.733
Benefícios Previdenciários	135.440.968	-	135.440.968	1.028.109	129.599.190	22.748.595	96.239.184	71,1	39.201.784
Demais Desp. Correntes	74.189.203	2.117.321	76.306.524	4.926.780	58.505.945	12.606.770	45.702.803	59,9	30.603.721
Despesas de Capital	121.381.053	3.597.250	124.978.303	526.144	88.951.811	4.517.071	45.568.650	36,5	79.409.653
Investimentos	21.359.246	729.444	22.088.690	1.694.354	6.667.254	1.067.048	2.231.645	10,1	19.857.045
Inversões Financeiras	33.764.265	371.649	34.135.914	1.100.017	19.504.298	2.463.652	12.221.946	35,8	21.913.968
Amortização da Dívida	66.257.542	2.496.157	68.753.699	(2.268.227)	62.780.259	986.371	31.115.059	45,3	37.638.640
Reserva de Contingência	21.618.689	(406.412)	21.212.277	-	-	-	-	-	21.212.277
Subtotal das Desp. (I)	671.063.620	9.111.287	680.174.907	16.485.437	575.645.488	84.327.720	392.182.351	57,7	287.992.556
Amortização da Dívida Refinanciamento (II)	935.339.551	0	935.339.551	(27.854)	929.013.499	75.968.087	366.019.124	39,1	569.320.427
Refinanc. da Dív. Mob.	926.954.230	0	926.954.230	0	920.643.390	75.982.356	363.271.463	39,2	563.682.767
Refinanc. de Outras Dív.	8.385.321	0	8.385.321	(27.854)	8.370.109	(14.269)	2.747.661	32,8	5.637.660
Subtotal com Refinanc. (III) = (I+II)	1.606.403.171	9.111.287	1.615.514.458	16.457.583	1.504.658.987	160.295.807	758.201.475	46,9	857.312.983
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	97.803.082	-	-
Total (III+IV)	1.606.403.171	9.111.287	1.615.514.458	16.457.583	1.504.658.987	160.295.807	856.004.557	-	857.312.983

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Ago/2005							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bimestre Jul-Ago	%	No exercício	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	13.382.064	13.607.150	2.177.805	16,00	8.868.431	65,17	4.738.719
Receita Tributária	7.760.919	7.452.652	1.173.739	15,75	4.908.861	65,87	2.543.791
Impostos	7.556.067	7.247.800	1.122.466	15,49	4.756.885	65,63	2.490.915
Taxas	204.852	204.852	51.273	25,03	151.977	74,19	52.875
Receita de Contribuições	1.133.301	1.133.301	250.153	22,07	939.791	82,93	193.510
Contribuições Sociais	1.133.301	1.133.301	250.153	22,07	939.791	82,93	193.510
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.269	207.725	31.509	15,17	115.543	55,62	92.182
Receitas Imobiliárias	24.962	25.418	831	3,27	3.439	13,53	21.979
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	174.026	30.144	17,32	110.068	63,25	63.957
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	533	16,33	2.032	45,89	1.234
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	1	0,03	3	0,06	5.012
Receita Agropecuária	1.213	1.213	9	0,74	13	1,07	1.200
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Prod. Animal e Deriv.	1.007	1.007	9	-	13	1,29	994
Outras Receitas Agropecuárias	206	206	-	-	-	-	206
Receita Industrial	94	94	-	-	-	-	94
Receita da Ind. de Transf.	94	94	-	-	-	-	94
Receita de Serviços	72.751	91.062	8.619	9,47	27.511	30,21	63.551
Receita de Serviços	72.751	91.062	8.619	9,47	27.511	30,21	63.551
Transferências Correntes	4.937.920	5.003.673	735.376	14,70	3.108.775	62,13	1.894.898
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.838.461	718.295	14,85	3.031.811	62,66	1.806.650
Transferências de Inst. Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	11.067	3.609	255	7,06	2.352	58,11	1.257
Transferências de Convênios	144.000	161.603	16.826	10,41	74.612	46,17	86.991
Outras Receitas Correntes	488.408	937.241	157.347	16,79	550.602	58,75	386.639
Multas e Juros de Mora	117.525	117.525	21.121	17,97	75.535	64,27	41.989
Indenizações e Restituições	31.845	31.845	833	2,62	14.020	44,03	17.825
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	1.098	16,64	4.507	68,29	2.093
Receitas Correntes Diversas	332.438	781.272	134.294	17,19	456.540	58,44	324.731
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(178.949)	14,67	(782.665)	64,16	(437.145)
Receitas de Capital	1.126.855	1.128.948	61.841	5,48	167.299	14,82	961.649
Operações de Crédito	799.782	799.782	29.544	3,69	123.882	15,49	675.899
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	10.388	2,51	52.111	12,57	362.534
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	19.156	4,97	71.771	18,64	313.366
Alienação de Bens	145.615	147.592	29.742	20,15	32.419	21,97	115.172
Alienação de Bens Móveis	141.970	143.141	28.592	19,97	30.701	21,45	112.440
Alienação de Bens Imóveis	3.645	4.451	1.150	25,85	1.718	38,60	2.733
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	373	12,44	1.755	46,05	1.245
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.000	3.000	373	12,44	1.755	46,05	1.245
Transferências de Capital	175.008	175.125	2.182	1,25	9.243	5,28	165.882
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Inst. Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	174.893	2.182	1,25	9.243	5,28	165.650
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Outras Receitas	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Subtotal das Receitas (I)	14.508.919	14.736.098	2.239.646	15,20	9.035.730	61,32	5.700.367
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	14.508.919	14.736.098	2.239.646	15,20	9.035.730	61,32	5.700.367
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	14.508.919	14.736.098	2.239.646	15,20	9.035.730	61,32	5.700.367
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	165.328	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balço Orçamentário - Despesa								R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Ago/2005								
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Jul-Ago	No exercício	Bim. Jul-Ago	No exercício	
Despesas Correntes	11.851.823	152.852	12.004.675	2.038.464	7.501.078	1.998.606	7.270.414	4.734.262
Pessoal e Encargos	5.736.607	3.821	5.740.428	1.024.572	3.813.616	1.013.428	3.749.252	1.991.175
Juros e Encargos da Dívida	778.269	(4.000)	774.269	108.509	369.941	108.509	369.841	404.428
Outras despesas correntes	5.336.947	153.031	5.489.978	905.383	3.317.521	876.669	3.151.321	2.338.658
Despesas de Capital	2.625.596	96.151	2.721.747	310.412	1.133.584	311.562	1.076.536	1.645.211
Investimentos	1.544.975	198.015	1.742.990	149.510	477.467	150.660	420.419	1.322.571
Inversões Financeiras	216.460	(85.274)	131.186	12.085	63.800	12.085	63.800	67.385
Amortização da Dívida	864.161	(16.590)	847.571	148.817	592.317	148.817	592.317	255.254
Reserva de Contingência	31.500	(21.824)	9.676	-	-	-	-	9.676
Subtotal das Despesas (VIII)	14.508.919	227.179	14.736.098	2.348.876	8.634.662	2.310.167	8.346.950	6.389.148
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	14.508.919	227.179	14.736.098	2.348.876	8.634.662	2.310.167	8.346.950	6.389.148
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	688.780	-
Total (XII)=X+XI	14.508.919	227.179	14.736.098	2.348.876	8.634.662	2.310.167	9.035.730	6.389.148

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2004 - Set/2005						R\$ 1.000
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	484.463	636.043	37.074	30.157	521.538	666.200
Fevereiro	438.218	525.513	45.857	63.017	484.075	588.530
Março	468.157	486.953	46.489	48.790	514.646	535.743
Abril	699.160	526.342	48.642	67.908	747.802	594.250
Maio	532.332	601.883	54.678	66.249	587.009	668.132
Junho	531.331	616.439	63.295	65.828	594.626	682.267
Julho	554.265	514.707	65.912	85.607	620.176	600.314
Agosto	577.960	490.534	60.630	82.891	638.590	573.425
Setembro	567.226	625.826	57.974	77.998	625.200	703.824
Outubro	649.095		44.657		693.752	
Novembro	513.166		37.186		550.352	
Dezembro	610.156		71.658		681.814	
Total	6.625.528		634.052		7.259.580	

Fonte: SEFAZ/Balancetes mensais
Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal da Receita Tributária ¹ - Bahia: Jan/2004 - Set/2005						R\$ 1.000
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	539.970	635.149	41.322	30.115	581.292	665.263
Fevereiro	483.191	522.661	50.563	62.675	533.754	585.336
Março	511.433	479.577	50.786	48.051	562.219	527.628
Abril	755.128	515.764	52.535	66.543	807.663	582.307
Maio	566.661	591.289	58.204	65.083	624.865	656.372
Junho	558.408	608.323	66.521	64.961	624.928	673.284
Julho	575.972	509.988	68.493	84.822	644.465	594.810
Agosto	592.824	489.886	62.189	82.782	655.013	572.668
Setembro	579.013	625.826	59.179	77.998	638.192	703.824
Outubro	659.082		45.344		704.426	
Novembro	516.805		37.450		554.255	
Dezembro	611.315		71.794		683.109	
Total	6.949.802		664.381		7.614.183	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.

¹ Valores atualizados a preços de setembro/05 pelo IGP-DI/FGV.

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2004 - Ago/2005												R\$ 1.000
Ano e mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Município

Balanco Orçamentário ¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Ago/2005							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-c)
			Jul-Ago 2005 (b)	% (b/a)	Jan-Ago 2005 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.590.281	1.590.281	222.250	14,0	929.382	58,4	660.899
Receita Tributária	559.548	559.548	75.877	13,6	348.758	62,3	210.790
Impostos	470.000	470.000	67.219	14,3	294.041	62,6	175.959
Taxas	89.548	89.548	8.513	9,5	54.038	60,3	35.510
Outras Receitas Tributárias	-	-	145	-	679	-	(679)
Receita de Contribuições	118.300	118.300	12.403	10,5	44.580	37,7	73.720
Contribuições Sociais	83.500	83.500	5.064	6,1	16.977	20,3	66.523
Contribuições Econômicas	34.800	34.800	7.339	21,1	27.603	79,3	7.197
Receita Patrimonial	50.602	50.602	4.418	8,7	20.748	41,0	29.854
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	207	8,9	727	31,3	1.593
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	3.627	24,6	14.530	98,6	207
Receitas de Concessões e Permissões	32.495	32.495	584	1,8	5.489	16,9	27.006
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	-	-	2	0,2	1.048
Receita de Serviços	15.912	15.912	150	0,9	842	5,3	15.070
Receita de Serviços	15.912	15.912	150	0,9	842	5,3	15.070
Transferências Correntes	807.949	807.949	128.850	15,9	509.628	63,1	298.321
Transf. Intergovernamentais	762.507	762.507	126.669	16,6	500.147	65,6	262.360
Transf. de Instituições Privadas	432	432	-	-	175	40,5	257
Transferências de Convênios	45.010	45.010	2.181	4,8	9.306	20,7	35.704
Outras Receitas Correntes	110.450	110.450	11.701	10,6	51.027	46,2	59.423
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	6.565	17,0	22.021	57,1	16.519
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	874	20,3	2.836	65,8	1.474
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	4.031	6,4	21.649	34,5	41.051
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	231	4,7	4.521	92,3	379
Dedução da Receita p/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(11.149)	15,4	(46.201)	63,7	(26.279)
Receitas de Capital	74.918	74.918	395	0,5	7.703	10,3	67.215
Operações de Crédito	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Alienação de Bens	100	100	-	-	-	-	100
Alienação de Bens Móveis	100	100	-	-	-	-	100
Transferências de Capital	61.098	61.098	395	0,6	5.290	8,7	55.808
Transf. Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	395	0,7	5.290	9,3	51.515
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Subtotal das Receitas (I)	1.665.199	1.665.199	222.645	13,4	937.085	56,3	728.114
Déficit (II)			16.552				
Total (III) = (I+II)	1.665.199	1.665.199	239.197	14,4	937.085	56,3	728.114
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balço Orçamentário¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Ago/2005									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jul-Ago 2005 (d)	Jan-Ago 2005 (e)	Jul-Ago 2005 (f)	Jan-Ago 2005 (g)	% (g-c)	
Despesas Correntes	1.436.417	1.324	1.437.741	153.233	1.026.264	223.337	783.525	54,5	654.216
Pessoal e Encargos Sociais	572.365	(36.492)	535.873	10.444	387.686	80.387	307.436	57,4	228.437
Juros e Encargos da Dívida Interna	77.248	-	77.248	10.319	52.405	11.743	47.466	61,4	29.782
Outras Despesas Correntes	786.804	37.816	824.620	132.470	586.173	131.207	428.623	52,0	395.997
Despesas de Capital	223.282	(1.324)	221.958	8.494	93.978	15.860	70.799	31,9	151.159
Investimentos	146.887	(1.911)	144.976	7.919	40.727	6.178	31.904	22,0	113.072
Inversões Financeiras	3.530	587	4.117	-	3.740	749	3.701	89,9	416
Amortização da Dívida	72.865	-	72.865	575	49.511	8.933	35.194	48,3	37.671
Reserva de Contingência	5.500	-	5.500	-	-	-	-	-	5.500
Subtotal das Despesas (I)	1.665.199	-	1.665.199	161.727	1.120.242	239.197	854.324	51,3	810.875
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	82.761	-	-
Total (I+II)	1.665.199	-	1.665.199	161.727	1.120.242	239.197	937.085	56,3	810.875

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Amplie seus conhecimentos
sobre a **Economia Baiana e Regional**

SEP 73

Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia

Adquira informações sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento regionais, especialmente sobre a realidade nordestina e baiana. Além dessas análises, a publicação apresenta exames de iniciativas governamentais para superação das desigualdades regionais.



**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

